

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

- **Winnipeg**

Antigos combatentes reunidos no Canadá enviam donativo à ADFA

página 2

- **APEDV**

Associação Promotora de Emprego para Deficientes Visuais organiza Forum na Torre do Tombo

página 2

- **Famalicão**

ADFA participa na Feira do Associativismo e Juventude organizada pela autarquia

página 4

- **Porto**

Ano Europeu das Pessoas com Deficiência em destaque na Invicta

página 5



PORTE PAGO

Director: José Diniz Ano XXIX Set./Out. 2003 01/10/03 Nº 334 Preço € 0,70

Desporto

As vitórias portuguesas no ciclismo, na natação e no atletismo



página 16

Exposição

"Vida sem Barreiras"



página 20

AEPD

Escola alerta jovens para a deficiência

página 9

Ministro da Saúde inaugura certame

AJUTEC 2003 com novo fôlego



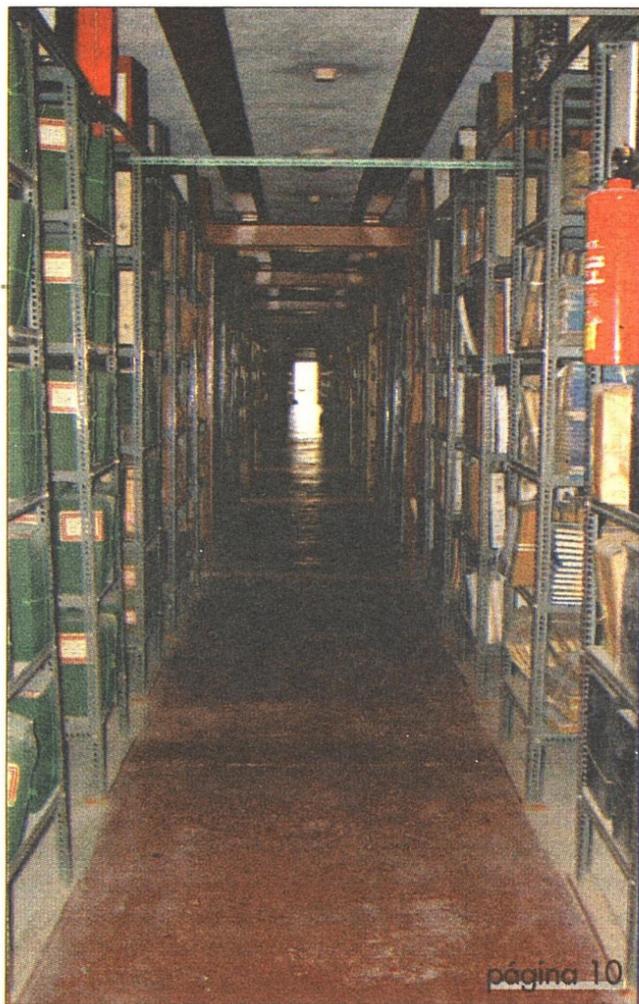
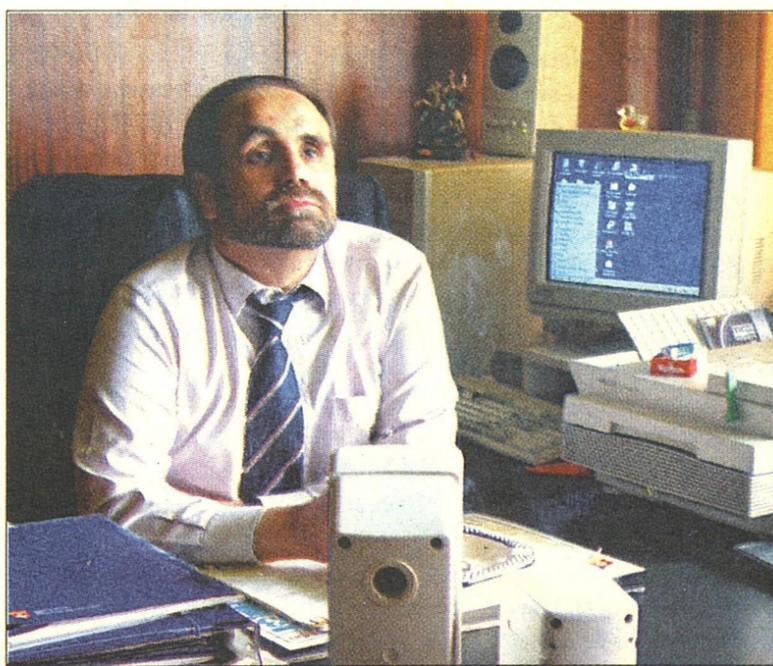
página 11

Contagem do tempo de serviço

A luz ao fundo do túnel

O ELO visitou o Arquivo Geral do Exército e falou com o seu director sobre o trabalho que ali está a ser desenvolvido para que a contagem do tempo de serviço militar para efeitos de aposentação ou reforma dos antigos combatentes seja uma realidade.

Óbito



página 10

Faleceu Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional

página 13

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos dos artigos 28º e 29º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no dia 29 de Novembro de 2003 (Sábado), das 09h00 às 19h00, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Nacionais e de Delegação para o triénio de 2003-2006.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede Nacional, nas instalações das Delegações e noutros locais decididos pelas Mesas de Assembleia Geral de Delegação e ainda nos Núcleos existentes.

Lisboa, 25 de Julho de 2003

Nota: O prazo para apresentação de listas termina às 18h00 do dia 27 de Outubro de 2003.

Pela Mesa da Assembleia Geral Nacional
José Machado Diniz
(1.º Secretário, no impedimento do presidente)

Ex-combatentes portugueses no Canadá Uma oferta para a ADFA

Um grupo de antigos combatentes portugueses residentes no Canadá doaram mil dólares (cerca de mil euros) à ADFA, fruto de um jantar que constituiu o terceiro encontro por eles dinamizado, em Winnipeg, encontro que o ELO já noticiou.

O associado Pedro Correia, que faz parte do grupo que tem organizado estes encontros, foi o portador do cheque doado à ADFA e referiu que está disponível também outra oferta de mil dólares que poderia ser aplicada "numa bolsa de estudo para o filho ou neto de um antigo combatente".

Os antigos combatentes reunidos em Winnipeg também enviaram 375 dólares para a Liga dos Combatentes, informou o associado.

No próximo ano, o encontro terá lugar em 17 de Janeiro, em lugar a determinar, "esperando-se mais participantes", salientou o associado.

Pedro Correia tem 62 anos, é açoreano e foi 2º sargento na Guerra Colonial (1963/66), e aproveitou as férias para visitar a ADFA e entregar a verba oferecida. Realçou o "importante papel das mulheres dos antigos combatentes em todas as etapas das suas vidas", acrescentando que o grupo organizador dos encontros no Canadá



PEDRO CORREIA

se encontra bastante motivado para dar continuidade a estas iniciativas. •

Breves

Cartões GALP



Já é possível consultar os extractos com os movimentos dos abastecimentos dos associados com o cartão Galp pela internet. Para o efeito, os interessados devem contactar a ADFA, através de Gustavo Leandro, para obtenção da "password" personalizada para cada cliente. •

APEDV promove Forum

No âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência e com o objectivo de sensibilizar a opinião pública para a igualdade de oportunidade a que as pessoas portadoras de deficiência têm direito, a Associação Promotora de Emprego para Deficientes Visuais (APEDV), realiza, nos dias 1 e 2 de Outubro, na Torre do Tombo, em Lisboa, o Forum 2003 APEDV, subordinado ao tema "Mais Pessoa, Melhor Cidadania - Arco Íris do Nascer ao Pôr do Sol".

O objectivo é abordar os mais variados aspectos da vida de um ser humano destituído de visão ou gravemente afectado dela, salientando aspectos relacionados com a saúde, a escola, a família, a cultura, o emprego, e a reabilitação, entre outras vertentes da vida humana.

Haverá intervenções de figuras destacadas: educadores, pais, técnicos de reabilitação, clínicos, responsáveis da admi-

nistração pública e outros especialistas.

Estará também patente uma exposição permanente de fotografias a ilustrar as facetas da vida de uma pessoa cega, uma mostra de trabalhos manuais com pessoas a laborarem, um cantinho lúdico e um conjunto variado de auxiliares, como máquinas de escrever e pautas Braille, bengalas, jogos, apetrechos e utensílios domésticos ou de uso pessoal, relógios, calculadoras falantes, computadores com fala e ampliadores de imagens visuais.

A iniciativa conta com o apoio do Governo Civil de Lisboa, da Associação Industrial Portuguesa, do Instituto Português da Juventude, da revista Lusofonia, do jornal Público, da Vodafone e do SNRIPD. •

"Somos Afásicos"

O I Congresso da Associação Nacional de Afásicos (ANA) vai realizar-se na Universidade Nova de Lisboa, no dia 18 Outubro.

Dar a conhecer a Afasia e sensibilizar a comunidade para os problemas que surpreendem os portadores da deficiência no seu dia a dia - essencialmente de comunicação, com repercussão a nível pessoal, familiar, social, laboral - são os objectivos do congresso.

Vão ser apresentados as actividades da ANA, terapias da fala, descrições sobre como conviver com a Afasia, testemunhos de familiares (filhos e cônjuges), sempre com espaço para debate.

Além dos temas que vão ser apresentados pelos técnicos, vai também falar-se do apoio jurídico a pessoas com Afasia.

O Congresso será encerrado após a apresentação teatral que está prevista para o fim da tarde. •

Um dia diferente

O Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão vai realizar, no dia 18 de Outubro, no seu auditório, um encontro entre pessoas com deficiência e seus familiares, denominado "Viver um Dia Diferente".

Os antigos utentes deste Centro vão partilhar experiências de vida, dificuldades sentidas na sua integração e estratégias desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida.

A inscrição é gratuita e condicionada ao número de vagas.

A organização do evento é da responsabilidade da Equipa Multidisciplinar de Reabilitação. •

Benefícios do ácido fólico

A Associação "Spina Bífida e Hidrocefalia" de Portugal (ASBIHP) vai comemorar o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência através da divulgação de informações sobre o ácido fólico, vitamina do grupo B que "deve ser tomada por todas as mulheres em idade de engravidar, antes e durante as primeiras semanas de gravidez e que reduz em cerca de 75 por cento a possibilidade de ter um bebé com Spina Bífida".

A ASBIHP está a divulgar informações sobre o ácido fólico através de um folheto que a ADFA também recebeu.

Segundo o folheto distribuído, os alimentos recomendados que contêm ácido fólico são: brócolos, feijão verde, espinafres, couves, lentilhas, feijão, laranjas e toranjas, soja, pão escuro, cereais e leite.

O ácido fólico contribui para o bom desenvolvimento da espinal medula nas primeiras semanas da gravidez. •

Agenda

Eleições na ADFA

Entrega de Candidaturas
Até ao dia 27 de Outubro, às 18h00, devem ser entregues os programas e listas candidatas ao acto eleitoral de 29 de Novembro.

Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária

No dia 29 de Novembro, vai realizar-se a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária da ADFA, na Sede Nacional e em todas as delegações e núcleos.

Exposição Táctil

Até 10 de Outubro, estará patente uma exposição táctil "Contrecto et Agnosto" (Toco e Conheço), no Museu Botânico da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Beja. Aberto das 9h30 às 12h00 e das 14h30 às 17h00. Entrada gratuita.

Congresso Internacional

De 1 a 4 de Outubro, vai ter lugar o Congresso Internacional da Sociedade Portuguesa de Medicina Física e de Reabilitação, no Centro de Congressos do Europarque, em Santa Maria da Feira.

Conferência Internacional

Nos dias 9 e 10 de Outubro, a Elo Social promove, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, a 2ª Conferência Internacional "Os Caminhos da Integração/Inclusão".

REHACare 2003

De 15 a 18 de Outubro, tem lugar mais uma edição da REHACare Internacional, feira internacional de ajudas técnicas, em Düsseldorf, Alemanha.

Colóquio em Bragança

No dia 22 de Outubro, quarta-feira, vai realizar-se um colóquio no Auditório do Centro Cultural de Bragança, subordinado ao tema do Stress de Guerra.

Meia-Maratona

No dia 26 de Outubro, Domingo, vai decorrer a 2ª Meia-Maratona "Azeite de Trás-os-Montes", numa organização da Câmara Municipal de Mirandela e do Sport Clube Mirandela Atletismo. A ADFA foi convidada a participar.

Seminário Internacional ACIME

Nos dias 29 e 30 de Outubro, a Asociación de Caballeros Inválidos y Mutilados Militares de España (ACIME) vai efectuar o seu I Seminário Internacional, em Madrid.

Deficiência em Bruxelas

Nos dias 10 e 11 de Novembro, vai realizar-se o Parlamento das Pessoas com Deficiência, em Bruxelas.



PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com
DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600/ 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610
DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, Armando Alves, Orlando Correia
DIRECTOR: José Diniz
REDACÇÃO: Rafael Vicente (editor) - C. Profissional 5583, Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariada)
COLABORARAM/NESTE NÚMERO: Abel Fortuna, Francisco Janeiro, Heloísa Anjo, Inácio Grazina, Inês Soares Castro, Humberto Viveiros, Jaime Ferrer, João Gonçalves, João Nobre, José Faria, José Maia, Nuno Santa Clara, Rogério Sequeira.
CORRESPONDENTES: Abel Fortuna (Porto), Aníbal Carvalhal (Famalicão), Domingos Seca (Bragança), Francisco Janeiro (Lisboa), Humberto Viveiros (Açores), José Faria (Setúbal), Abel Santos (Castelo Branco), João Gonçalves (Viseu), João Nobre (Madeira), Manuel Branco (Évora), Manuel Parracho (Coimbra), e Nicolau Rufino (Faro).
ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara e Maria José Carriça.
ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Maria José Almeida, tel. 21 751 2632.
CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição
PRÉ-IMPRESSÃO: Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Av. D. Vicente Afonso Valente, N.º 1 - 7º C - 2625-215 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263
MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Lg. do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa - Tel. 21 882 2480
IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188
GRAVAÇÃO DO ELO SONORO: Centro de Produção de Material do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa
Registo da Publicação no ICS: 105068/77
Depósito Legal: 99595/96
ASSINATURA ANUAL: 7,00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores. Tiragem deste número 8.100 ex.

A Extinção dos Dinossauros



Nuno Santa Clara

A comparação não se fica pelo fumo. As regiões queimadas não voltarão a ser o que eram, não porque a Natureza, que é lenta, mas sábia, não se encarregue de reflorestar e repovoar aquelas zonas. Não voltam a ser o que eram, porque os dinossauros foram exterminados.

Havia por ali uma espécie de gigantes que, ao longo de séculos, foi construindo este país. Domesticaram a floresta, respeitando-a, rodeando-a de campos produtivos, fundiram-se com a Natureza. Mas esta raça estava ameaçada por outra espécie, mais fraca, mas matreira, feroz, parasitária, que lhes foi aos poucos encurtando o habitat com manobras envolventes: baixos preços dos produtos da terra, importações, isolamento, analfabetismo. A manobra foi resultando: a reserva de gigantes foi minguando a olhos vistos, e os novos bicharocos invadindo e modificando a paisagem, ao sabor da monocultura e das espécies de crescimento rápido.

Esta espécie de gigantes eram os nossos dinossauros; faltava um cataclismo para lhes dar o golpe de misericórdia. Este chegou num ano anormalmente quente. Queimaram-se as matas, os pomares, as hortas. Uma tragédia? Não para as ratazanas! Que melhor para acelerar o lento processo de extinção há muito encetado?

Chamuscados uns, desencorajados outros, empobrecidos todos, resta-lhes reconverter-se ao padrão dos novos senhores da Terra. Aprenderão a viver em tocas, a trabalhar no que não lhes pertence, a não ter referências culturais. Estarão, então, verdadeiramente extintos, para satisfação da nova ordem sócio-económica.

Pessimismo? Não, apenas boa memória. E, do fundo do coração, o que mais gostaria de ver era que esta previsão falhasse. •

Um amigo que partiu



José Diniz

No regresso de férias não voltámos a ouvir os seus passos e o inconfundível bater de bengala pelos corredores da ADFA; não voltámos a ouvir o seu riso franco em cavaqueira de amigos; não voltámos a admirar a sua proverbial boa disposição, mesmo que o mundo lhe estivesse a desabar em cima; não voltámos a ver aberta a porta do seu gabinete, um convite permanente para dar e receber amizade, uma oferta constante de ajuda.

Não voltaremos a ouvir a sua voz franca, calma e segura; não voltaremos a ser contagiados pelo seu convívio, pela sua alegria, pelo seu interesse em saber de todos e de cada um; não voltaremos a beneficiar da sua experiência associativa, do seu saber, da forma ponderada e sábia como conduzia reuniões e assembleias, do peso e da oportunidade das suas intervenções, do enorme prestígio que tinha em toda a Associação, na Instituição Militar e junto de outras entidades e instituições.

O Jorge Maurício deixou-nos partir para férias como que a dizer-nos: - "Ide e descansai, não se incomodem comigo, não chorem por mim, porque eu, finalmente, vou ter as minhas férias, vou partir numa viagem de sonho eterno, vou voltar a ver, vou ser aquele que sempre sonhei ser, vou amar e ser amado!..."

Partiu para o descanso eterno, mas a enorme saudade que deixou manterá bem viva a sua figura paternal, o seu exemplo, o respeito que inspirava, a sua estatura de Homem de sólidos princípios, o seu perfil de Oficial do Exército, carreira que abraçou na juventude e que, apesar da sua deficiência e de, desde alferes, viver afastado da vida castrense, fez questão de prosseguir com honra e orgulho, ao serviço da ADFA como sentinela e guardião dos direitos dos deficientes militares, acabando por morrer com o estatuto e as honras de coronel no activo.

O Maurício partiu e levou consigo um pouco da alma da ADFA. Ele incarnava essa alma, foi um dos seus criadores e, como tal, pairará acima da criatura ADFA, continuará presente a enriquecer o espírito de corpo associativo.

Até no momento da partida foi subtil, como que "escolheu" uma altura que não viesse perturbar o normal funcionamento da vida da Associação: dada a proximidade do fim do mandato dos actuais órgãos sociais, não foi necessário accionar os mecanismos estatutários extraordinários previstos para estas situações, indo a sua sucessão na presidência da Mesa da Assembleia Geral ocorrer em eleições normais, as quais terão lugar no dia 29 do próximo mês de Novembro e que ele ainda começou a preparar.

Que esse acto eleitoral seja uma grande jornada de reflexão sobre o que a ADFA deve ser nas suas últimas décadas de vida, por forma a enfrentar os grandes desafios que ainda tem pela frente e a honrar a memória dos associados que, como o Maurício, não morreram com a ADFA, mas continuarão a ser suas figuras tutelares e inspiradoras. •

Fotolegenda

As flores

"Que importa morrer, se no cemitério há flores!" O autor desta lúgubre tirada parece ter seguidores, mas desta vez a nível dos deficientes. Do género: "Que importa tropeçar, se for num vaso de flores!" Ou ainda: "Que importa ser atropelado, se contornei um vaso de flores!"

Não sabemos se esta ocupação de via está legalizada. Mas, se está, algo de errado se passa, pois se trata aparentemente de salvaguardar a banal fachada de um hotel, que não merece a protecção devida aos monumentos nacionais.

NSC

Episódios

terceiro nem me viu e atirou as rações de combate lá das alturas. O quarto idem e do quinto nem me lembro. Mas baldado todo o meu esforço de comunicação, já os estava a ver de rabo, alguém chega ao pé de mim, esbaforido, gritando, chame o helicóptero, chame o helicóptero! O Mário (nome fictício) ficou ferido. Ficou com o nariz todo partido!

Rápido. O homem do rádio chama um heli para evacuar o ferido. O Mário ao recolher as rações tinha levado com uma caixas delas, de grande altura.

Eu também estava receoso porque o local era mau e pouco seguro mas achava que a melhor segurança era que o heli descesse e ficasse a coberto das árvores. Mas ele preferiram o Ceú! Porém o inferno era um pouco mais abaixo.

Mas agora o heli vai ter que poisar. Lá vem ele. Agora esforço-me ao máximo mas este tem tanto medo da água que não consegui que parasse antes de ir em direcção a mim já mesmo debaixo das árvores.

Nem vos digo o que pensei dos pilotos nessa altura.

Pega-se no ferido, põe-se lá dentro e o piloto não esperou nem olhou para mais nada. Pimba nas árvores por cima de mim.

Bate com a ponta da pá, começa a abanar por todos os lados, vejo o piloto a segurar comandos "à rasca" com pés e mãos. E eu a pensar que vai explodir tudo em cima de mim! Faço gestos para ele descer. Dou-lhe coragem o mais que posso.

Aguenta-se com muito sangue frio em berço lateral, vai descendo, descendo e poisa !!!

Trezentos gajos respiram de alívio. Pára o motor, sai, inspecciona e diz: isto vai assim até Moeda. Não há perigo.

Entra, começa a trabalhar e espanto dos espantos: olha para mim, esquece o resto e guiou-se pelos meus sinais para fazer marcha atrás, saindo debaixo das árvores baixinho e só levantou com a minha indicação.

Ouviam-se já os rebentamentos das morteiradas a atacar e mais cinco minutos e era a emboscada. Mas eu estava satisfeito por ao menos uma vez os homens do ar terem ligado à tropa macaca. •



FABRINO LOPES



António Carreiro

Tropa macaca

Era o sexto dia de operação e a ração de combate já tinha acabado.

O reabastecimento aéreo não pudera ser feito no dia anterior.

Tínhamos um problema em encontrar local adequado à descida dos helicópteros. Mas logo pela manhã, ainda na orla do pântano, onde fomos forçados a pernoitar, chegou a informação que os "helis" já estavam no ar. Boas notícias para o pessoal porque a comida vinha a caminho. Preocupação para arranjar sítio para o efeito.

Decisão rápida porque as circunstâncias não permitiam outra coisa: os helicópteros iam demorar apenas alguns minutos a chegar. Tinha de ser ali mesmo.

Andámos um pouco e escolhemos uma parte na orla do pântano mais seca e consistente mesmo junto às árvores.

Éramos cerca de 300 e vinham, creio que, cinco helicópteros.

Na minha instrução foram-me ensinados os sinais gestuais para contactar com os pilotos nestas situações.

Veio o primeiro e quase não ligou nenhuma ao meu esforço para o fazer aproximar das árvores, para que não descesse no lodo. Preferiu "flutuar" um metro acima do solo. O segundo ficou a uns três metros. O

Coimbra

ADFA participa no Dia Europeu Sem Carros

Decorreu na margem esquerda do Rio Mondego, junto ao Choupalinho em Coimbra, uma demonstração de Prova de Pesca de Rio, Sexta-Feira, 19 de Setembro, das 9h00 às 11h30. A iniciativa realizou-se no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade e do Dia Europeu Sem Carros.

O convite partiu do Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Coimbra, desenvolvendo-se no Rio Mondego

uma acção de pesca com a participação de dez atletas da Secção de Pesca da Delegação de Coimbra.

Da Câmara Municipal compareceu Isabel Amaral que foi apresentada a todos os atletas, "mostrando-se sensibilizada pelo crescente desenvolvimento associativo da ADFA", referiu José Maia, da Delegação de Coimbra.

Seguiu-se, nas instalações da Delegação,

um almoço-convívio, tendo participado, para além das atletas da Secção de Pesca, a esposa de um deficiente, José Órfão, que também participou na Prova.

Os trabalhadores da Delegação, Laurinda e Vítor Oliveira e o presidente da Comissão Administrativa trataram do churrasco. Pela tarde a Delegação retomou o funcionamento normal. •

Feira do Associativismo e da Juventude

ADFA mostra Guerra Colonial

RAFAEL VICENTE



Expositor do Museu da Guerra Colonial



Os visitantes junto ao expositor da ADFA

A Delegação de Famalicão participou na Feira do Associativismo e da Juventude, realizada em Vila Nova de Famalicão, de 18 a 21 de Setembro.

Um dos expositores foi dedicado à ADFA, com livros relacionados com a Guerra Colonial, cartazes alusivos aos sectores produtivos da Associação e quadros com a sua história. Outro trouxe ao

certame o Museu da Guerra Colonial, com parte da sua exposição itinerante, onde, entre outros objectos, figuravam diversas fotografias de guerra e dos deficientes militares.

A exposição foi visitada pelo presidente do Instituto Português da Juventude e pelo vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, que também

cumprimentaram os dirigentes da Delegação da ADFA e o presidente da Direcção Nacional.

A mostra evidenciou as colectividades e associações da região, por freguesias, sempre com o acompanhamento musical dos grupos que actuaram no palco. No recinto havia também restaurantes típicos e demonstrações do Bombeiros locais. •

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS DA DELEGACÃO LISBOA

UROLOGIA

médico: Dr. Paulo Vale
5ª feira - 9H00 (quinzenal)

GASTROENTEROLOGIA

médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos
4.ª - 9H00 (quinzenal)

FISIATRIA

médico: Dr. Barros Silva
4ª feira - 16H00

FISIOTERAPIA

técnico: Henrique Louro
Todos os dias, das 9h00 às 13h00

ANÁLISES CLÍNICAS

6ª feira - 9H00 às 10H00

MEDICINA DENTÁRIA

Dr. José Eduardo Antunes
3ª feira das 9H00 às 13H00
e das 14H00 às 18H00

Marcações: Filomena Brandão

SERVIÇO PROTÉSICO

técnico de próteses dentárias: Carlos Lopes
4ª feira - 9H00

PSIQUIATRIA

médica: Dra. Margarida Botelho
6.ª - 8H00 às 12H00 (quinzenal)

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA

Drª Teresa Infante - Todos os dias
Atendimento a crianças, adolescentes, adultos;
orientação vocacional; associados e ex-combatentes afectados pelo Stress de Guerra

Marcações: com a própria

CLÍNICA GERAL

médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 5ª feira - 13H15

APOIO AOS ASSOCIADOS

APOIO JURÍDICO

Dra. Inês Soares Castro
2.ª a 6.ª feira das 9H00 às 13H00

Marcações:

Secretaria/Atendimento (ver Horário e Telefone)
Tel.: 21 751 26 00 (Geral)

ACÇÃO SOCIAL

TCor Silvério Rodrigues e Drª. Vera Mouta
2ª feira das 09H00 às 18H00
3ª a 6ª feira das 09H00 às 12H30

HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00
Serviço de Almoço das 12h15 às 14h30
Serviço de Bar das 9h00 às 18h00

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupa Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários,
Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Almoço-Convívio

22 de Novembro

Em honra do Dr. Monteiro Ferreira, pela forma como nos tratou. Em local a indicar.
Contacto: Associação de Fuzileiros (Ferreira)
Tel./Fax: 21 216 7057

22º Almoço-Convívio Antigos Combatentes da Guiné

No dia 5 de Outubro, Domingo, realizar-se-á o convívio, no Restaurante "A Lareira" no Alto do Nobre, Caldas da Rainha.

Os interessados (que podem inscrever familiares) devem escrever para:
22º Almoço/Convívio - Guiné 2003
Apartado 42 • 3534-909 Mangualde

Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

Porto Provedor faz balanço

O provedor municipal dos cidadãos com deficiência do Porto comemorou o primeiro ano da Provedoria juntando numas jornadas, no dia 22 de Setembro, com os representantes das associações de e para deficientes, dos transportes, da educação e da saúde, das ordens dos engenheiros e dos arquitectos e de alguns sindicatos.

Na sessão de abertura o vereador do urbanismo da Câmara Municipal do Porto, arquitecto Ricardo Figueiredo, referiu a sua insatisfação face ao actual estado da cidade e disse que tinha aprendido muito nos últimos tempos, rematando "custa tanto a fazer bem, como a fazer mal, e sendo assim, quando se faz que seja bem feito".

As Jornadas que se dividiram em duas sessões, uma de manhã e outra à tarde, foram dedicadas à reflexão sobre a análise do decurso do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (AEPD) e à perspectivar o futuro após 2003.

Das várias intervenções sobre a forma como está a decorrer a comemoração do AEPD sobressaíram as preocupações quanto à forma como tornar o Porto numa cidade acessível para todos. Foi recomendado ao executivo que até ao final do ano, fizesse uma intervenção numa área da cidade, de modo a torná-la totalmente acessível.

O representante da Associação Portuguesa de Surdos manifestou a sua tristeza por sentir que nada se tinha alterado relativamente aos surdos. Como exemplo referiu o facto da RTP continuar a ignorá-los embora como entidade prestadora de serviço público tivesse o dever e a obrigação

de estar ao serviço de todos os cidadãos.

Foi também acentuada a necessidade de se continuar a sensibilizar a sociedade para a alteração das mentalidades e feito um apelo para que as organizações de deficientes abram à comunidade numa atitude de inclusão social partilhando recursos e desenvolvendo a sua autonomia face ao Estado.

Também foi referida a necessidade de o próximo orçamento municipal do Porto incluir as verbas indispensáveis para resolver os problemas relacionados com a acessibilidade e a mobilidade de todos os cidadãos.

O provedor João Cottim, antes de dar como encerradas as Jornadas, agradeceu as presenças e deixou como mensagem de reflexão para o futuro a necessidade de se deixar de avaliar a incapacidade e passar-se a valorizar a capacidade, alterando-se assim um conceito que começa a ficar sem sentido.

O vice-presidente da Câmara Municipal do Porto, Paulo Morais, procedeu ao encerramento dos trabalhos deixando como nota final de que o caminho principal a seguir deveria de ser o do cumprimento da Lei.

A ADFA fez-se representar pelos presidentes da Mesa da Assembleia Geral da Delegação e da Direcção da Delegação.

Maia Semana Municipal da Solidariedade

A Câmara Municipal da Maia realizou, no âmbito das comemorações do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, de 29 de Setembro a 4 de Outubro, a Semana

Municipal da Solidariedade.

A iniciativa, que compreendeu um conjunto de actividades e envolveu várias instituições relacionadas com a problemática da deficiência, teve como objectivo a sensibilização da sociedade para a mudança das mentalidades e das atitudes.

Santa Maria da Feira Conferência sobre acessibilidades

O município de Santa Maria da Feira levou a efeito no dia 17 de Setembro, no Auditório da Biblioteca Municipal, uma conferência que teve como tema "Acessibilidades... para todos".

A sala, que se encontrava quase repleta, na sua maioria de pessoas com deficiência, escutou as intervenções de Carlos Pereira, em representação do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, de Costa Lobo, coordenador da Revisão do Plano Director Municipal de Santa Maria da Feira e de Paulo Marques, do Instituto de Estradas de Portugal, os quais se referiram à existência das muitas dificuldades e obstáculos que impedem o pleno exercício da cidadania por parte de todos os grupos da sociedade.

Deram vários exemplos e apontaram para a necessidade de uma mudança de mentalidades e de comportamentos, sobretudo no que se refere ao cumprimento da legislação.

O presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Alfredo Henriques, presidiu à conferência e deixou como mensagem final o compromisso de que o executivo camarário a que preside irá empenhar-se neste domínio, para o que

desde já irá assinar o protocolo de adesão à rede de cidades e vilas europeias acessíveis, obrigando-se por isso a passar das palavras às acções.

A ADFA fez-se representar por dirigentes da Delegação do Porto e por alguns associados afectos ao Núcleo de Santa Maria da Feira.

Cartão de livre trânsito

No âmbito das actividades do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (AEPD), foi celebrado, entre a Comissão Distrital de Coordenação do AEPD e a Associação Empresarial de Portugal (AEP), um protocolo que proporciona aos deficientes e às organizações que estão ligados a esta problemática, um conjunto de vantagens de que se destacam:

- A entrada gratuita de visitantes portadores de deficiência, devidamente credenciados, em todos os certames de cariz público organizados pela Exponor, até ao final do ano;

- A entrada, igualmente gratuita, de visitantes portadores de deficiência ligados aos respectivos sectores de actividade, em feiras profissionais;

- A utilização gratuita do parque de estacionamento para portadores de deficiência;

- A criação, logo que tecnicamente viável, de uma Bolsa de Emprego no Portal Associativo da AEP, como apoio à inserção das pessoas portadoras de deficiência.

Os associados que pretendam o cartão de livre trânsito deverão, até ao dia 12 de Outubro, solicitar o mesmo nos Serviços da Delegação (Atendimento). •

AF

ilhas visitadas fizeram as delícias de todos. Em S. Miguel foi a visita às "Furnas", onde não faltou o típico cozido, à "Lagoa das Sete Cidades" e ao "Santo Cristo", o mais marcante.

Chegado o grupo à cidade da Horta deparou-se com a magnífica baía e à sua frente, o "Bar do Peter's". Percorrida a ilha do Faial, ficaram as lembranças da paisagem lunar dos "Capelinhos" e das "piscinas naturais". Da ilha do Pico ficou a memória para os que tiveram a ousadia de enfrentar o mar, a viagem para apreciar de perto os golfinhos e apanhar um "banho de chuva natural", pois o S. Pedro quis maltratar os aventureiros.

O deslumbramento foi maior na ilha da Terceira sobretudo pelo encanto das belezas das cidades de Angra e da Praia da Vitória. Porém foi a paisagem do "Vale da Achada" o que mais fez vibrar.

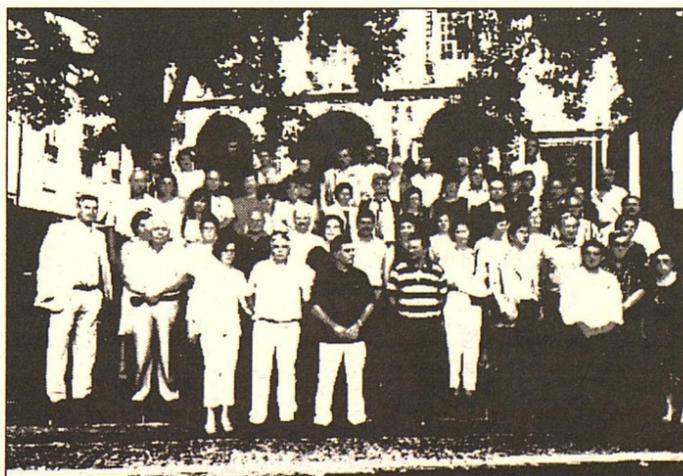
Regressado o grupo ao Porto, foi por todos sentido quão curta tinha sido a viagem para além de já perspectivar o destino do próximo passeio, sendo o Brasil mais apontado. •

AF

Lazer

Viagem aos Açores

DELEGAÇÃO DO PORTO



Os Açores foram o destino do passeio anual da Delegação do Porto, que decorreu no mês de Agosto.

A meia centena de associados e familiares embarcou na manhã do dia 16 de Pedras Rubras, tendo sido recebida no aeroporto de Ponta Delgada por uma

representação da Delegação da ADFA daquela região. Seguiu-se a visita às instalações na rua Ernesto do Canto que, apesar de se encontrarem em fase de remodelação, já apresentam condições muito satisfatórias.

O grupo, acompanhado pela repre-

sentação açoreana da ADFA, foi recebido pelo comandante e pelo chefe do Estado Maior do Comando Operacional da Zona dos Açores, os quais proporcionaram um "excelente almoço onde não faltaram as iguarias da região".

As belezas e os encantos das quatro

Excursão ao Douro Vinhateiro

DELEGAÇÃO DE LISBOA



O grupo à saída do barco



A fotografia para a posteridade

Foi efectuada uma excursão ao Rio Douro, nos passados dias 20 e 21 de Setembro, organizada pelo Departamento de Desporto Cultura e Lazer da Delegação de Lisboa.

Entre dirigentes, associados, familiares e amigos da ADFA, foram 44 os excursionistas.

Destacou-se a presença das esposas dos associados que, "com a sua sensibilidade e feminilidade sempre tão agradáveis nas relações dos afectos

contribuíram para que esta jornada de convívio fosse quase perfeita", referiu a organização.

O Douro e a cultura do vinho em socolcos de xisto, "trouxeram à mente dos participantes as obras de Miguel Torga e Agustina Bessa Luís, que escreveram sobre as raízes socioculturais do povo duriense".

A paragem para o almoço na Sr.^a dos Remédios foi ocasião para admirar as terras de Lamego e na visita ao santuário

recordou-se os milhares de portugueses que por ali passaram em devotas promessas antes de partirem para a Guerra Colonial.

Descendo à Régua, o grupo apreciou o vinho do Porto numa cave típica e preparada para mostrar aos turistas o "Ouro do Douro".

A viagem para o Pinhão no dia seguinte processou-se por Amarante, Vila Real e Régua, percurso que deslumbrou pela beleza natural.

A subida do Douro registou dois momentos emocionantes, na subida das barragens da Valeira e Pocinho através das "eclusas", que proporcionam desde há alguns anos a navegabilidade do Douro desde o Porto a Barca D'Alva.

Muito contribuiu para a animação a bordo um conjunto musical de bombos e clarinete, que foi pago por três aniversariantes que também viajavam nesta subida do Douro. •

Breves

Passeio de barco no rio Tejo

O Serviço de Acção Social (SAS) da Delegação de Lisboa, através de contactos com a Junta de Freguesia do Lumiar, organizou a participação dos associados e colaboradores da Delegação nos Passeios de Verão da Câmara Municipal de Lisboa.

A iniciativa decorreu na tarde do dia 13 de Setembro, num passeio de barco no rio Tejo, com lanche e animação musical a bordo.

O percurso iniciou-se no Cais de Belém, passando pela barra, ponte 25 de Abril, ponte Vasco da Gama e Parque das Nações.

Participaram 26 associados e acompanhantes. •

Concurso de Pesca

A equipa de pesca da Delegação de Lisboa participou no 10º Grande Concurso de Pesca Desportiva organizado pelo Clube Ariston, na Barragem Trigo de Morais, no dia 21 de Setembro.

Os 364 pescadores dividiram-se por

quatro zonas e a ADFA deu o seu contributo para o sucesso da iniciativa. •

S. Martinho

A Delegação de Lisboa vai realizar na Sede, no dia 11 de Novembro, pelas 18h30, um convívio de S. Martinho, com castanhas assadas e água pé, com trabalhadores, dirigentes, núcleos, associados e familiares.

"Este encontro de confraternização e convívio irá dar possibilidades de uma melhor aproximação entre todos os participantes", refere o presidente da Direcção da Delegação.

O convívio é gratuito e os dirigentes apelam à comparência de todos. •

Noite de fados

O restaurante da Sede vai ser o palco de mais um jantar com noite de fados, em 31 de Outubro, sexta-feira, pelas 20h00.

Os fados têm início pela 21h30 e o preço de dez euros por pessoa inclui jantar de bacalhau assado, pão, bebida, sobremesa e café.

As inscrições podem ser efectuadas para o número 21 751 2600. •

Grande Convívio Associativo

Sessão de Fados na Delegação de Lisboa

31 de Outubro de 2003

Preço p/ pessoa - 10 Euros

20h00 - Jantar Bacalhau assado

21h30 - Início dos fados

Número limitado de mesas - reservas pelo telefone 21 751 26 00

ou

pelo fax 21 751 2611 (Dep. Animação)

Reunião com o PPD/PSD

Agosto é, por excelência, o mês das férias, só que para alguns, elas têm que ser divididas ou curtas, por motivo de afazeres inadiáveis!

Férias são férias. Mas, há que pensar nos outros e ir ao seu encontro, foi isso que fez o Partido Social Democrata (PPD/PSD), que no dia 13 de Agosto, às 9h00 se deslocou à Delegação da ADFA em Viseu, nas pessoas dos deputados Almeida Henriques e Pedro Alves, que quiseram inteirar-se do que é, o que faz a ADFA neste distrito e dizem que não é só em tempo de eleições que os políticos estão activos e só se mostram interessados em resolver os problemas dos cidadãos, mas sim a

todo o tempo!

Nesta linha, a ADFA, no Ano Europeu das Pessoas com Deficiência apresentou toda a actividade desenvolvida e a desenvolver ainda este ano, bem como o serviço que presta aos seus associados, deficientes militares e sua família e deixamos as nossas preocupações quanto ao futuro dos deficientes militares das Forças Armadas de Portugal, uma vez que estamos já na terceira idade, as deficiências pesam e as condições de vida são precárias!

Depois de analisado um caderno reivindicativo, durante cerca de duas horas, foi o mesmo entregue aos senhores deputados

que demonstraram grande interesse e prometeram empenhar-se na ajuda da resolução destes assuntos, enaltecendo o serviço que a Associação presta e o apoio aos ex-combatentes em geral.

Lembramos aos senhores deputados que volvidos trinta anos de democracia, é mais que tempo para resolver os problemas que afectam os deficientes das Forças Armadas.

Esperamos estar mais vezes com os políticos e colaborar, cada vez mais, no bem estar das populações, na criação de leis justas para todos! A política só fez sentido quando está ao serviço das populações! •

JG

Amigo Maurício, presidente da MAGN

Amigo Maurício, estejas onde estiveres, com certeza que estás bem. Para mim, para Viseu, para todos nós, permanecerás sempre presente!

Que queres que te diga, amigo? Nesta hora, neste dia, um até sempre e saber que a tua obra irá ser sempre continuada na tua, nossa, casa, que com o teu querer, com o teu

saber, ajudaste a edificar e a unir esta grande família que é a Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Isto é, permanentemente estarás entre nós!

Tinhas um coração grande, tão grande que a inteligência tinha dificuldades em o acompanhar. Era um coração aberto aos outros, por isso, dificilmente alguém que te

batesse á porta saía de mãos vazias! Foste um homem de grande paixão pelo trabalho e pela família! Trabalhavas por prazer e não apenas por causa do lucro imediato e fácil. Viveste uma vida partilhada e de entrega aos outros. Que bonito, meu amigo! Só tenho pena e lamento que não tenhas sido compreendido!

Quero ser sempre teu amigo! Obrigado. •

Monumento no Concelho de Arganil

Depois de contactos efectuados com a Câmara Municipal de Arganil, da deslocação a esta do presidente da Direcção Nacional da ADFA, do primeiro encontro dos ex-combatentes do Ultramar do concelho de Arganil, num almoço-convívio onde foi criada uma comissão para representar os ex-combatentes. Todos em conjunto, com certeza

irão criar as condições para edificar um monumento aos mortos daquele concelho, que tomaram ao serviço de Portugal, durante a Guerra Colonial.

Das diligências efectuadas, o local visto parece não ser o indicado e está em perspectiva um outro local com total abrangência onde vai ser dado o nome a uma Rua dos

Combatentes do Ultramar e ser construído numa rotunda o Monumento, de acordo com as entidades, cidadãos e combatentes de Arganil, ficando a inauguração, que estava prevista para 28 de Setembro, para uma outra data que esperamos seja breve. •

JG

A Casa da D. Laurentina

Ainda chega o Inverno e a casa da D. Laurentina continua sem telhado para proteger esta família das intempéries duras que a chuva, a neve e os ventos fortes provocam.

Daqui apelamos ao senhor director do jornal ELO o favor de autorizar e mandar efectuar uma entrevista com reportagem fotográfica para ver se por todos os meios se consegue granjear a simpatia das verbas

necessárias para efectuar as obras.

Os donativos deste mês foram: José Correia Martins, com 20,00 euros; Alfredo Lopes Correia, com 20,00 euros; e outros 35,00 euros. •

Delegações

Bragança

Apelo aos associados

Os Órgãos Sociais da Delegação de Bragança chamam a atenção dos associados que no dia 29 de Novembro de 2003 há eleições para os Órgãos Sociais que irão conduzir os destinos da ADFA até ao ano de 2006.

Para que tudo corra bem, a Delegação apela à participação de todos sem excepção, não só no dia das eleições, como na apresentação de listas de candidaturas.

O vosso contributo pode ser muito útil na

selecção dos candidatos. Ficar calado e não dizer nada é o mais cómodo, mas esse procedimento pode levar a Delegação a cair em situações menos agradáveis para todos nós, se tivermos em conta que os deficientes deste distrito são os que ficam mais longe de todos os centros de decisão. Somos os que devemos defender com mais afinco e com mais querer a permanência da Delegação para que ela seja cada vez mais capaz de solucionar os problemas que a todos afectam.

As esposas dos associados também se apela, para que participem na vida associativa e incentivem os seus maridos a participar numa ADFA forte e coesa, porque o bem estar

dos seus maridos também é o seu.

A ADFA é de todos os associados e, como tal, todos têm direitos e deveres. •

Évora

Convívio de Natal

O convívio de Natal da Delegação de Évora realiza-se este ano em Cuba, Alentejo, no dia 20 de Dezembro. A concentração dos participantes será às 10h30, em Cuba.

Na próxima edição do "ELO" será divulgado o programa completo. •

Opinião

Verão Quente

Assistimos a um Verão quente, em que toda a gente clamava, ninguém se entendia e Portugal lá ia ardendo a uma velocidade terrível, com uma força dos "diabos", em que a água saída dos meios aéreos, em vez de ajudar a apagar os fogos parecia que tinha combustível e ainda mais incendiava, de tal forma, que os Soldados da Paz pouco podiam fazer para por cobro a tamanha chacina, que agora todos os anos impera por altura do Verão, ou quando o calor aperta!

Há milhões para os fogos em todo o Portugal, uma vez num lado, depois no outro, lá vai Portugal ardendo e com ele arde também a nossa vida! Até me dói a alma, ver Portugal todo queimado e o que mais me dói são as mãos assassinas continuarem a mesma chacina, a matar a floresta, as pessoas, os bens e toda uma vida de trabalho, que tanto custou a granjear!

Daqui, digo ao governo, como já o fiz a um órgão de comunicação nacional, punam-se os criminosos, para toda a vida ou então fazer-lhes o mesmo, no local do próprio fogo!

Não vamos permitir que venha um ministro qualquer acusar os combatentes que honraram, dignificaram e deram a vida por Portugal, lutando até à exaustão e são o fruto da liberdade e da democracia, que enxovalhe a vida, a memória dos combatentes responsáveis! E reparem, não fossem os combatentes, que seria hoje a vida de alguns (...). De Portugal!

Neste Verão, a novela da pedofilia continua a marcar também uma página negra na vida de Portugal. Vidas estragadas, pessoas sem escrúpulos, sem respeito pela pessoa humana, sem dignidade, que a ser verdade o que se está a ver e a confirmar estes monstruosos crimes, não podem ficar impunes!

Neste Verão também começou mais um campeonato ou 1ª Liga de Futebol, como lhe queiram chamar e pelos vistos continua cada vez pior, as acusações aos árbitros, aí estão e de facto, como os relatores, através da rádio nos transmitem e a televisão mostra, isto é um autêntico circo, uma vergonha o que alguns homens do apito fazem à vista de toda a gente, à descarada! Assim não admira que o nosso futebol esteja como está e com ele, os governos do futebol e a imagem de Portugal. Alguém vai ter que por mão nisto!

Este Verão, os deficientes das Forças Armadas continuam a clamar por justiça e esperam que a Direcção Nacional da ADFA não se esqueça de lembrar ao governo que as participações médicas já vão com anos de atraso, as renovações dos cartões de assistência médica, com seis meses, as consultas nos Hospitais, do mesmo modo, as viúvas, é uma calamidade a situação em que ficam, os deficientes em serviço, idem, idem e os DFA do 134/97 também à espera e a cada dia, semana, mês que passa, tudo se está a agravar e a ser assim estou a prever um futuro muito negro, o que penso, só se poderá resolver com medidas drásticas, talvez uma revolução resolva esta e outras situações de injustiça, o que espero não venha a ter que acontecer!

No Verão deste ano, consegui tirar oito dias de férias, que passei à beira mar, na praia de Mira e aí fiquei contente de ver que a praia tem acessibilidade para que o cidadão deficiente também se possa deslocar até à água. É assim que tem que ser em todo Portugal, onde as barreiras arquitectónicas devem merecer a atenção de todas as organizações, autarcas, governos, para que este ano, que foi designado o Ano Europeu das Pessoas Com Deficiência seja de facto o ano de grandes realizações e de arranque para que, finalmente, as barreiras arquitectónicas sejam eliminadas e criadas as acessibilidades devidas, dando a todos os cidadãos as mesmas oportunidades, o gosto e o prazer de viver!

JG

Colóquio em Bragança

Esquecer o stress não é solução



Na picada

Ano Europeu das Pessoas com Deficiência e conta com o apoio da respectiva Comissão Distrital, composta por: Governo Civil de Bragança; câmaras municipais de Bragança, de Mogadouro, de Vila Flôr e de Vimioso; APPDI - Associação de Pais e Amigos do Diminuído Intelectual; APPACDM/Mirandela - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental; ASCUDT - Associação Sociocultural dos Deficientes de Trás-os-Montes; Sub-Região de Saúde de Bragança; Delegação Regional de Saúde de Norte; Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social; Centro de Educação Especial; Instituto de Emprego e Formação Profissional; FRAP-NT - Federação Regional das Associações de Pais do

Nordeste Transmontano.

O evento conta ainda com a colaboração da Comissão Coordenadora da Rede Nacional de Apoio - Ministério da Defesa Nacional; da Delegação do Porto; da Câmara Municipal de Bragança; do Governo Civil de Bragança. •

Programa

14h00 - Recepção aos participantes e entrega de documentação

14h20 - Cerimónia de abertura

14h30 - Abertura do colóquio com passagem do vídeo: "Rede Nacional de Apoio"

14h50 - Painele I - Moderador: Patuleia Mendes, Presidente da Direcção Nacional da ADFA

14h55 - "Rede Nacional de Apoio" - Major General Fernando Aguda, coordenador da RNA e sub-director da Direcção de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional.

15h15 - "Caracterização do teatro de guerra nos seus vários domínios" - Coronel David Martelo, oficial na reserva e autor de diversas obras de carácter histórico, nomeadamente sobre a temática da Guerra Colonial

15h35 - "o enquadramento legislativo antes e depois da criação da RNA" - Manuel Santos, Jurista - ADFA PORTO

Debate

16h00 - Pausa para café

16h15 - Painele II - Moderador: Jerónimo de Sousa, Director do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia

16h20 - "A equipa multidisciplinar" - Ana Conde, Psicóloga - ADFA Porto

16h40 - "A importância do serviço social no encaminhamento e apoio aos ex-combatentes afectados pelo Stress de Guerra e suas Famílias" - Margarida Marques, Técnica de Serviço Social - ADFA Porto

Debate

17h30 - Sessão de encerramento com apresentação de conclusões. •

A Delegação de Bragança vai levar a efeito um colóquio subordinado ao tema "Stress Pós-traumático de Guerra... continuar a esquecer não é solução!", no dia 22 de Outubro, no Auditório do Centro Cultural de Bragança.

Esta acção integra-se nas actividades do

APD organiza conferência

Direitos das pessoas com deficiência em debate

Passar da teoria à prática foi o objectivo da Conferência sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência que se realizou no dia 23 de Setembro, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. As conclusões serão incluídas numa convenção que será aprovada pela ONU em Janeiro de 2003.

Foi referido pela Associação Portuguesa de Deficientes (APD), organizadora do evento, que, dez anos depois de a Assembleia Geral das Nações Unidas ter aprovado as Regras Gerais sobre Igualdade de

Oportunidades das Pessoas com Deficiência, "o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, pouco mudou para este sector da população".

No entanto, foi informado que, das diversas conferências realizadas em todo o mundo durante este ano, "as conclusões vão resultar numa convenção cujo texto final será aprovado em Janeiro de 2004, pela Assembleia Geral das Nações Unidas".

O presidente da APD, Humberto Santos, em declarações à Agência Lusa, sublinhou que "a Convenção deverá ser um

instrumento de monitorização quanto à situação social das pessoas com deficiência. Tem que haver peritos nos vários países que avaliem e classifiquem, no terreno, os problemas existentes".

No encontro foi realçada a influência das Organizações Não Governamentais de pessoas com deficiência no suporte da Comissão Europeia à aprovação da Convenção, por Stefan Tromel, representante do presidente do Fórum Europeu da Deficiência. •

RV/LUSA

trata de melhorar o conforto e de diminuir a sinistralidade na área, sempre com ideia na mobilidade que falta aos cidadãos portadores de deficiência em Lisboa. •

Pintura contra a discriminação

A exposição de pintura "Me, You e Blue - Against Discrimination", integrada nas comemorações do Ano Europeu das Pessoas

com Deficiência, foi promovida pela Inclusion Europe (Associação Europeia de Organizações e Pessoas com Deficiência Mental e suas Famílias) e esteve patente ao público entre 3 e 12 de Setembro, no edifício novo da Assembleia da República.

A ADFA esteve representada no acto inaugural pelo presidente e 1º secretário da DN. •

RV

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Leonel Mendonça Ferreira

Associado n.º 6124
Faleceu no dia
21/04/03



Residia em Seixas, concelho de Caminha. Deixa viúva Carolina Maria de Sousa Ferreira. Serviu em Angola.

Adriano Soares Bandeira

Associado n.º 13931
Faleceu no dia
24/06/03



Residia em Maragoça, Valpedre, concelho de Penafiel. Deixa viúva Perpétua da Conceição Machado Fernandes. Serviu em Angola.

Arnaldo Moreira Branco

Associado n.º 14266
Faleceu no dia
26/06/03



Residia em Sobrado, Valongo. Deixa viúva Rosalina Moreira da Rocha. Serviu em Angola.

Cândido de Sá Azevedo

Associado n.º 10771
Faleceu no dia
17/07/03



Residia em Vila Chã, Vila do Conde. Deixa viúva Joaquina da Conceição Moreira da Costa. Serviu em Angola, na CCS/BC 1902.

José Mendes de Oliveira

Associado n.º 1356
Faleceu no dia
11/08/03



Residia em Santo Ildefonso, Porto. Deixa viúva Maria Adelaide Cardoso Pereira Coelho de Oliveira.

Júlia Moreira

Associada n.º 10245
Faleceu no dia
11/08/03



Residia em Fornos de Algodres.

"Escola Alerta!"

Sensibilizar os jovens para a deficiência



O Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) está a divulgar o projecto "Escola Alerta!", que visa sensibilizar os jovens dos ensinos Básico e Secundário para os objectivos do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (AEPD).

Mobilizar a juventude para combater as barreiras arquitectónicas e outras, melhorar acessibilidades e a procura de novas soluções para esta temática são metas a atingir com vários trabalhos que o SNRIPD pretende realizar junto das escolas.

Um inventário das barreiras arquitectónicas e da comunicação existentes na área que circunda a escola, na zona de residência e em estruturas públicas e um inventário das acessibilidades realizadas em 2003, são exemplos do trabalho a realizar.

A promoção e acompanhamento de medidas que eliminem as barreiras arquitectónicas, através da sensibilização feita pelos jovens junto de estabelecimentos comerciais, por exemplo, é outra forma de pôr em marcha o novo projecto.

Os trabalhos dos jovens podem ser

realizados em grupo ou individualmente, em documento escrito identificado e com avaliação de um professor. Devem ser enviados para a Comissão de Coordenação distrital ou regional, onde um júri os avaliará, aliás, como acontecerá a nível nacional posteriormente na Comissão Nacional de Coordenação do AEPD. Os prémios podem ser individuais ou para os grupos ou escolas e os três primeiros recebem um prémio pecuniário a determinar e medalhas (ouro, prata e bronze). É intenção da organização desta iniciativa premiar a inovação.

A Campanha "Escola Alerta!" teve início em 23 de Setembro e o termo de apresentação de candidaturas foi em 30 de Setembro. A entrega dos trabalhos nas comissões de coordenação do AEPD será até 11 de Novembro, com reunião dos júris distritais marcada para 15 de Novembro. No dia 19 de Novembro reúne-se o júri nacional e a entrega de prémios efectua-se na Gala de Encerramento do AEPD, em data a determinar.

Este será um "caminho para que os alunos, mais informados e sensibilizados para o problema, sejam capazes de reconhecer as barreiras físicas e os aspectos perigosos ou "armadilhas" existentes nas suas escolas e também nas casas, ruas e outros locais, e se sintam motivados para a procura de soluções", salienta a organização. •

RV

Opinião

2003 – Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

Dentro da acção de divulgação que nos propusemos fazer sobre o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (AEPD), é de salientar que, na segunda quinzena de Julho, foi feito o ponto da situação com os senhores governadores civis, sobre as actividades levadas a cabo e o muito que ainda há a fazer, pelas várias comissões distritais. O plano de actividades inicialmente previsto está a crescer e com algumas actividades bastante inovadoras, prevendo-se que o AEPD consiga ultrapassar os objectivos previstos a nível nacional. As actividades co-financiadas serão objecto de auditoria da UE.

Está a ser preparada uma mostra de Ajudas Técnicas e Novas Tecnologias para pessoas com deficiência e que tem a designação de AJUTEC. Esta exposição realiza-se de 18 a 21 de Setembro de 2003, na EXPNOR, apresentando-se como meio de promoção e informação dos mais recentes produtos, equipamentos e serviços do sector para os utilizadores e profissionais (médicos, enfermeiros, terapeutas e outros técnicos de saúde). O espaço relativo ao AEPD será dividido da seguinte forma: Praia-Férias – Exposição de produtos e materiais anfíbios espanhóis e tiralôs franceses. Escola Alerta – Exposição de produtos e materiais didácticos/pedagógicos destinados às crianças e jovens com necessidades educativas especiais. Acessibilidade – Exposição de produtos e materiais; Desenho para todos - com montagem de uma casa totalmente adaptada e acessível. Inovação – Exposição de equipamentos, produtos e projectos que estão a ser desenvolvidos no âmbito das novas tecnologias de informação e comunicação. Apresentação da escola de cães guia para

cegos. Actividades desportivas – boccia, remo adaptado, atletismo e futebol, bem como, o reconhecimento dos atletas paralímpicos.

A comissão distrital de Setúbal está a organizar um Guia de Recursos Distrital e Concelhos sobre a Deficiência, aliás como acontece em alguns outros distritos. Entre outras actividades desportivas organizou uma prova de pesca desportiva de água doce, bem como, uma "feira pedagógica" com a divulgação das iniciativas a ter lugar no distrito, um congresso internacional de Hipoterapia.

A Comissão Distrital de Beja organizou uma acção de divulgação de boas práticas e uma outra de sensibilização dirigida aos responsáveis e prestadores dos serviços públicos e privados. Instalou um gabinete técnico para a resolução das acessibilidades do distrito, programas nas rádios e jornais locais e regionais e criou uma bolsa de emprego.

Em Santarém realizou-se um encontro distrital sobre "Intervenção Precoce" e diversas acções de sensibilização, culturais e desportivas.

A APPACDM de Viana do Castelo organizou, no âmbito do AEPD, o "Dia Olímpico", o "Dia Net_(D)eficiência", a "Escola de Pais" com sessões mensais por concelho, uma exposição itinerante divulgando acções desenvolvidas no distrito, organizou "oficinas de arte" e exposições colectivas, bem como, o "III Encontro de Equitação Adaptada".

A APPACDM de Vila Real e Sabrosa organizou um Encontro Técnico Autárquico "Urbanismo e Habitação - Eliminação de Barreiras" e as jornadas recreativas para populações especiais, jornadas de reflexão "O

Emprego e os Cidadãos com Deficiência – Perspectiva Empresarial".

No distrito de Leiria, seguindo o lema "No Distrito de Leiria + Cidadania", entre várias actividades, destacamos: realização das jornadas distritais de desporto integrado, projecto "Todos na Canoa" e "Vela Adaptada", torneio de ténis em cadeira de rodas, diversas outras acções culturais e desportivas sendo a organização, normalmente, parcerias das associações com as respectivas câmaras municipais.

No distrito de Braga organizaram-se os seminários "Ajudas Técnicas para a Mobilidade e Comunicação" e "A Representação da Deficiência na Comunicação Social", "Formas de Prevenção e Intervenção na Deficiência".

No distrito de Aveiro, entre outras actividades, organizou-se o congresso "Encontroversas: A normalidade e a diferença", o seminário "Acessibilidades – barreiras físicas e sociológicas" na Universidade de Aveiro, a fase final do Campeonato Nacional de Boccia, Feira do Livro – semana cultural, fase final do torneio de Basquetebol, "Todos Juntos – 1º corta-mato do Concelho da Feira", fase final do Campeonato Nacional de Futebol de Sete.

A ANDDEM e a Câmara Municipal de Ílhavo organizou os campeonatos individuais de ciclismo por escalões para deficientes mentais, bem como o 2º Encontro de Trissomia 21. •

António Capela Gordo

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Aba Embalo
 Adelino Agostinho Rodrigues
 Adelino Cabete da Fonseca
 Afonso de Jesus Pereira Quintans
 Alfredo de Castro Souto
 Alziro Vieira de Freitas
 Ana Maria Ferraz Real Matos
 Antero da Conceição Teixeira de Araújo
 António Abel Gomes Silva Carvalho
 António Amaro Crespo
 António Anibal Rodrigues de Vasconcelos
 António João Reis Castelão
 António Mamede Ceiga
 António Marques Lourenço
 António Sampaio da Cunha
 António de Sousa Micanes
 Arlindo Martins
 Arlindo Moreira Barbosa
 Armando Marques Miquelino
 Armando dos Santos Marques
 Armindo Pires Bispo
 Augusto Abreu Epifânio
 Augusto José da Silva
 Benilde Santos Matias
 Bernardino Sousa Andrade
 Bernardo Augusto Preto
 Carlos Alberto Alves
 Carlos Alberto Palmeira Branco
 Carlos Neves Pinho
 Carolina Rosa de Almeida Marques
 Daniel Samuel Curado
 David Marques Marçal
 David Soares de Almeida
 Fernando Belmiro da Cunha Dias
 Fernando Figueiredo Santos
 Fernando Jorge Esteves Lemos
 Fernando Mendes Grilo
 Fernando Pombo Talina
 Fernando Silva Miroto
 Fernando Urbano dos Reis
 Filipe Fernando Coelho Alves
 Francisco Albano Marques Gonçalves
 Francisco Marques dos Santos
 Francisco Martins Gomes
 Francisco Mulachana Matombe
 Henrique Gomes Augusto
 Henrique da Silva Marques
 Iamadu Fati
 Jaime Henrique de Freitas Correia
 Jaime de Oliveira Jerónimo
 Jerónimo Austrelino de Sousa Monteiro
 João Custódio Marques
 João Franco Teixeira Félix
 João Manuel de Lemos Rosa Costa
 Joaquim Barbosa da Cruz
 Joaquim Maria Cabete Correia
 Joaquim Sabino Reino
 Joaquim Vieira
 José ngelo Simões
 José António Ventura do Vale Costa
 José Augusto Moreira Martins
 José Augusto de Oliveira
 José Cabaço Caldeira
 José Carlos Pedrosa Jesus
 José Carlos Perico Rodrigues
 José Carvalho
 José Fernando Garcia de Vilhena C. Taborda
 José Fernando Ribeiro Mendonça
 José Genro Santos Carvalho
 José Joaquim Torres
 José Luis Amaro
 José Manuel Antunes Alves
 José Maria da Silva
 José Pereira da Cunha
 José Pinheiro Marques
 José Simões Abrunheiro
 José Sousa Faria de Matos
 Júlio Alberto Silva Rodrigues
 Lisete Mota Beçaquart Mota
 Luís Eugénio Trigo dos Santos
 Luís Pinto Ramalho
 Manuel de Almeida Barreiros
 Manuel de Almeida Lopes
 Manuel António Moutinho de Sousa
 Manuel António de Mesquita e Oliveira
 Manuel Augusto Reis Dias
 Manuel Fernandes de Sousa
 Manuel Macário Vieira Gomes
 Manuel Nunes Feijão
 Manuel Santana Alho
 Marcolino Martins Gonçalves
 Maria Arminda Gonçalves Silva
 Maria da Assunção Henriques Alexandre
 Maria Elsa Lourenço Monteiro
 Maria Teresa Teixeira Pinto
 Maria Rosa Mansinho Alves
 Miguel ngelo da Cruz Vasco
 Miguel Lourenço Maria
 Miguel dos Santos Campos
 Modesto Morais Xavier
 Mussagi Abduremane Mussagi
 Nabor António
 Osvaldo da Silva Rodrigues
 Ramiro Jorge
 Reinaldo Coelho da Luz
 Rogério Paulo Ferreira da Cruz
 Rolando Mendes da Silva
 Sílvia de Jesus Pestana
 Vítor Manuel Frias Rebelo
 Vítor Manuel Henriques Pereira Santos
 Vítor Manuel de Sousa Viegas

ELO visita o Arquivo Geral do Exército

O ELO visitou o Arquivo Geral do Exército e falou com o seu director sobre o trabalho que ali está a ser desenvolvido para que a contagem do tempo de serviço militar para efeitos de aposentação ou reforma dos antigos combatentes seja uma realidade.

*Texto de Rafael Vicente
Fotos de Farinho Lopes*



Uma das salas de informatização dos processos

Em 1 de Setembro último, o Arquivo Geral do Exército (AGE) iniciou uma nova fase na informatização dos processos dos antigos combatentes para a contagem do tempo de serviço militar para efeitos de aposentação e reforma. A laboração em "full time", com 100 trabalhadores, em duas salas com características idênticas, vai fazer a diferença. Até então, vários turnos de trabalhadores utilizavam apenas uma sala de informatização de processos.

Em cada espaço de trabalho está meia centena de funcionários que passam os dados dos registos e documentos para um programa especialmente desenvolvido para o efeito. O trabalho efectua-se num ambiente calmo, proporcionado pelo mobiliário adquirido. A criação de espaços para trabalho individual, com área para o computador e para as pastas e livros de registos abertos com correcta aplicação dos princípios da ergonomia, resulta num trabalho silencioso e contínuo que estará concluído, segundo o director do Arquivo, tenente-coronel Chaves, até ao final de Dezembro. Até agora já foram inseridos os dados de cerca de 270 mil antigos combatentes.

O Ministério da Defesa Nacional (MDN) investiu neste projecto cerca de dois milhões de euros (400 mil contos) dos quais metade se aplica aos respectivos recursos humanos. A formação de quem está a inserir os dados no programa vai do 12º ano

à licenciatura. O equipamento é novo, como o mobiliário, e os computadores fornecidos pelo MDN são Pentium 4.

"No Arquivo Geral do Exército existem 25 quilómetros de documentos", realça o director. A infinidade de papel é visível numa antiga e comprida enfermaria do Convento de Chelas transformada em Arquivo. "Os livros de recenseamento militar desde 1880 até 1950 foram retirados das salas onde agora estão os computadores e colocados noutra área do Arquivo, para fazer as remodelações necessárias ao funcionamento desta estrutura", informa o director do AGE, que contabiliza cerca de quatro milhões de processos individuais existentes no Arquivo.

O interesse do MDN por este trabalho é notório, como o demonstram as cinco visitas do secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes às instalações do Arquivo.

"A prioridade no tratamento dos dados faz-se do mais antigo para o mais recente", salienta o director, que acrescenta que a consulta e inserção dos dados também é feita por concelhos e freguesias. Entre as dificuldades neste processo, destaca-se o trabalho de decifrar alguma caligrafia e a quantidade de dados diferenciados existentes. Nos processos em que os militares, no tempo normal de comissão, efectuaram muitas deslocações em serviço para zonas cujas percentagens são

diferentes, a tarefa de carregamento dos dados também é mais trabalhosa - é necessário contar todas as percentagens para que no fim lhes seja considerado todo o tempo de serviço. "Bastará que o militar tenha prestado serviço como condutor auto em deslocações a zonas com diferentes percentagens", exemplifica o director.

No início da informatização destes processos, eram emitidas certidões de cada processo para a Caixa Geral de Aposentações e Caixa Nacional de Pensões. "O elevado volume de certidões que foram sendo elaboradas originaria um trabalho de 25 anos, a 20 mil pedidos satisfeitos por ano", sublinha o tenente-coronel Chaves. "A consciência da dimensão desta tarefa originou que a transmissão seja também efectuada por via informática, aliás como está previsto na Lei 9/2002", conta.

Os processos dos deficientes das Forças Armadas e dos pensionistas de invalidez encontram-se nos quartéis gerais (QG) respectivos, "mas há processos que não referem que o antigo combatente é deficiente militar", diz. Então, o AGE pede fotocópias dos dados ao QG e o carregamento dos dados é efectuada pelos seus serviços, pois a base de dados é única.

As vantagens apresentadas pela aplicação informática que está a ser utilizada prendem-se com a maior rapidez na transmissão e consulta de dados e com a localização acessível da parte física dos

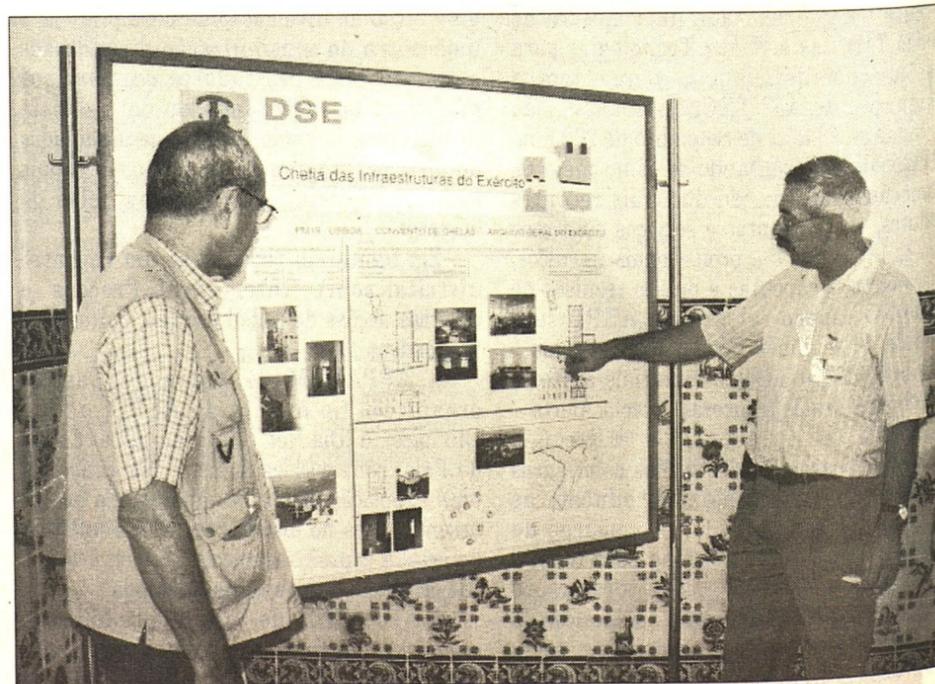


processos (com referências às caixas e estantes onde estão arquivados), entre outras. O director do AGE explica que o novo programa "permitirá tratar os dados estatisticamente".

A contagem de tempo de serviço militar é efectuada até 1974, data em que terminou a Guerra Colonial. "Está previsto que esta base de dados se estenda para os pedidos dos militares que já não foram à guerra", acrescenta o director do AGE.

A visita do dia 30 de Maio "constituiu uma jornada de alto significado, pela capacidade de adaptação, inovação e eficácia demonstradas", comenta o presidente da Direcção Nacional da ADFA que se deslocou, a convite do MDN e com outras associações congéneres, às instalações do AGE.

Os dados estarão informatizados até ao final de Dezembro, de acordo com o que foi divulgado pelo ministério e pelo Arquivo Geral do Exército. •



O director do AGE explica as obras de remodelação das instalações

Perto de 12 mil visitantes na Ajutec/Normédica

A reabilitação tem novo fôlego



O ministro da Saúde assiste à demonstração do "Tiralô"

A AJUTEK - 9.ª Feira Internacional de Ajudas Técnicas e Novas Tecnologias para Pessoas com Deficiências e a NORMÉDICA - 8.ª Feira da Saúde acolheram mais 95 por cento de visitas do que em 2001. Os certames que decorreram na Exponor, Matosinhos, entre 18 e 21 de Setembro encerraram depois de quatro dias cheios de actividade, que "em muito contribuíram para o número de visitantes que totalizou 11.701 entradas", destacou a organização.

A Exponor destaca "a troca de ideias e experiências que se multiplicou pelos auditórios do Centro de Congressos, na dissecação das "últimas" sobre gestão hospitalar, genética e clonagem, medicina interna, enfermagem, formação e emprego, entre outras matérias relacionadas com o sector".

A ADFA, representada pelo expositor organizado pela Delegação do Porto, considerou que "houve uma evolução em relação a edições anteriores deste certame, uma vez que todos parecemos mais

motivados, ainda mais no âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (AEPD)".

As iniciativas juntaram em debate altos



Assinatura do protocolo AEP/Governo Civil do Porto

responsáveis da administração pública, empresários, cientistas, profissionais de saúde e outros, estudantes universitários e utentes dos serviços de saúde, tendo decorrido perante plateias "que lotaram praticamente os espaços". As actividades lúdicas, pedagógicas e de demonstração emprestaram igualmente uma mais-valia às feiras.

As feiras mostraram as novidades no domínio das ajudas técnicas e tecnológicas para cidadãos com necessidades especiais.

O evento contou com a presença do ministro da Saúde, Luís Filipe Pereira, que inaugurou os certames, na presença de outras entidades, como a presidente do Conselho Directivo do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e presidente da Comissão Nacional de Coordenação (CNC) do AEPD, Cristina Louro.

No centro da exposição estava a parceria da CNC com o Pavilhão do Conhecimento, com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (que também apresentou um expositor), com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM - Viana do Castelo) e com o Ministério da Educação.

Destacou-se na visita das altas entidades a demonstração de utilização do "tiralô", na área da APPACDM. Alguns jovens portadores de deficiência foram a banhos na piscina com rampa montada para o efeito.

O governador civil do Porto, Manuel Maria Moreira, visitou o expositor da ADFA, organizado pela Delegação do Porto, onde estavam patentes cartazes de apresentação dos sectores produtivos da ADFA (Tipografia-Escola, parceria com a

Cristina Louro em declarações ao ELO

Uma vida nova para a Ajutec



Cristina Louro

A presidente do SNRIPD e da Comissão Nacional de Coordenação do AEPD, Cristina Louro, destacou, em declarações ao ELO, alguns aspectos que considera importantes para o sucesso desta iniciativa.

"Instalou-se uma dinâmica nova e tentámos que os organismos das pessoas com deficiência tivessem oportunidade de vir mostrar o que temos de bom em Portugal", sublinhou, considerando que "conseguimos trazer uma vida nova à Ajutec, que estava um pouco adormecida."

Para Cristina Louro, a Ajutec poderia ser revitalizada numa "área que considero importante, a área internacional; só ganharíamos em pensar em novas parcerias, aliás como as que já estão aqui patentes com entidades espanholas".

Sobre a visita do ministro da Saúde no acto inaugural dos certames, a presidente do SNRIPD comentou que "a política de habilitação" é transversal, pelo que envolve todos os ministérios. Mas há alguns com mais responsabilidades nesta área: os ministérios da Segurança Social e do Trabalho e da Saúde, por exemplo. Para nós, a visita do senhor ministro é muito gratificante, porque vem reconhecer que a saúde também é mais envolvente e deve considerar os acessos às pessoas portadoras de deficiência".

Falando sobre a falta de cobertura mediática dos eventos relacionados com a deficiência, Cristina Louro alerta para o facto de que "esta temática não traz audiências", contrapondo que "ninguém se lembra que vem a ser idoso ou que poder vir a ser deficiente".

Sobre o AEPD, a dirigente salienta que "quando formos avaliar as actividades deste Ano é que poderemos constatar a importância que estas iniciativas assumiram a nível nacional" e acrescenta que vai efectuar-se um estudo de impacto geral deste Ano Europeu. •

RV

RV



O governador civil do Porto no stand da ADFA

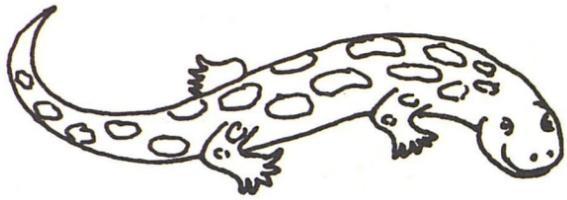
ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES

NOME CIENTIFICO:

SALAMANDRA VULGARIS

NOME VULGAR:

SAMALANDRA



**TAL COMO CERTOS ARTISTAS,
PODE ATRAVESSAR OS
INCÊNDIOS SEM SE QUEIMAR.**



**SOLUÇÕES
HORIZONTAIS**

VERTICAIS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1	█									
2		█								
3			█							
4				█						
5					█					
6	█									
7						█				
8							█			
9								█		
10									█	
11										█

HORIZONTAIS

1 - Pássaros; gostar. 2 - Atacar alguém. 3 - Seguir; acender; utensílio. 4 - Dama de companhia; nome de homem; benefício. 5 - Progenitoras; apelido. 6 - Ribomba; supra. 7 - Colocas; descerre. 8 - Gavinha; explosivo; código genético. 9 - Pelo; capital árabe; alternativa. 10 - Rebenta. 11 - Salta; filho da filha.

VERTICAIS

1 Remam para trás; bola. 2 - Santo homem shiita. 3 - Siga; do ar; pronome. 4 - Grupo terrorista; pedido de socorro; cento e quarenta. 5 - Flecha; veda. 6 - Imperador romano; azul. 7 - Amarrai; peça de artilharia usada em Aljubarrota. 8 - Oceano; faz o gato; poema. 9 - Atmosfera; engenho explosivo; extraterrestre. 10 - Barra explosiva. 11 - Suga; orifício.

1 - Ciam; pela. 2 - Alatola. 3 - Va; aéreo; eu. 4 - ETA; SOS; CXL. 5 - Seta; tapa. 6 - Nero; anil. 7 - Atai; tron. 8 - Mar; mia; ode. 9 - Ar; bomba; ET. 10 - Petardo. 11 - Marna; quem o tem, tem medo.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Oxford AC	10.009,85	13.950,48
1.4 Highline	12.181,61	19.237,80
1.4 TDI Oxford AC	12.239,26	19.630,84
1.2 3 litros	11.744,37	17.041,13
Polo		
1.2 Conceptline 3p	9.764,91	14.716,51
1.2 Conceptline 5p	10.010,38	15.008,62
1.4 Highline 5p	12.807,96	19.983,16
1.4 Highline Cx. Autom.	13.751,59	21.106,08
1.4 TDI Comfortline AC	14.257,33	22.032,35
Golf		
1.4 Comfortline 5p	13.839,41	21.389,08
1.4 Conceptline JE/AC	15.240,92	23.056,88
1.9 TDI Comfortline AC	16.013,59	29.106,59
1.9 TDI Generation	16.405,38	29.572,82
1.9 TDI Confor Tiptronic	16.503,10	29.689,11
1.9 TDI Genert Tiptronic	17.807,33	31.241,14
1.9 TDI Sport Generation	19.029,25	32.695,22
1.9 TDI Highline	20.459,67	34.397,42
1.9 TDI Sport Genr Tiptronic	20.387,94	34.312,07
Golf Variant		
1.4 Comfortline JE/AC	15.787,14	23.706,88
1.6 102 Cv Tiptronic	18.285,11	28.757,93
1.9 TDI 100 cv AC Confort	16.557,89	29.754,31
1.9 TDI 100 cv Tiptronic	17.962,35	31.425,61
1.9 TDI 130 cv Spot Gener	19.425,84	33.167,17
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	20.531,73	34.483,18
Bora		
1.4 Comfortline	16.254,35	24.252,86
1.9 TDI 100 cv Comfortline	18.223,15	31.736,57
1.9 TDI 100 cv Tiptronic	19.593,56	33.366,75
1.9 TDI 130 cv Highline	20.702,46	34.686,34
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	21.785,14	35.974,73
1.9 TDI 150 cv Highline	22.899,04	37.300,27
Passat		
1.9 TDI 100 cv Comfortline	18.371,86	32.031,93
1.9 TDI 130 cv Comfortline	20.640,88	34.732,06
1.9 TDI 130 cv Conf Plus	21.366,41	35.595,44
1.9 TDI 130 cv Highline	25.009,07	39.930,21
1.9 TDI 130 cv Plus Tipton	22.877,42	37.300,27
Passat Variant		
1.9 TDI 100 cv Comfortline	20.694,57	34.795,96
1.9 TDI 130 cv Comfortline	21.859,67	36.182,42
1.9 TDI 130 cv Conf Plus	22.585,21	37.045,82
1.9 TDI 130 cv Highline	26.367,73	41.547,02
Charan		
1.9 TDI Confort 7 lugares	27.277,86	38.269,18
1.9 TDI Tiptronic 7 lugares	28.972,46	40.285,75
Caddy		
1.9 SDI 64 cv Van Entry	9.448,88	11.788,92

1.9 TDI Van Comfortline	14.867,46	22.054,21
Touran		
1.6 Basis 5 Lug. 115cv	18.272,18	28.762,48
1.9 TDI 100 cv 5 Lug	18.894,62	32.524,54
1.9 TDI 100 cv 7 Lug	19.415,79	33.144,74
2.0 TDI 136 cv 5 Lug	22.379,80	37.401,90
2.0 TDI 136 cv 7 Lug	22.900,97	38.022,09
AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Audi A2		
1.4 75 cv Atraction	14.094,12	21.448,00
1.4 TDI 75 cv Atraction	15.046,82	22.906,15
1.2 TDI 61 cv Atraction	17.736,28	24.106,77
Audi A3 Gasolina		
1.6 ATT 3P (Lançamento)	20.184,31	30.948,00
1.6 Sport (Lançamento)	21.310,36	32.288,00
2.0 Sport (Lançamento)	23.426,52	38.588,00
1.6 ATT 102 cv	18.306,16	28.173,00
1.6 Sport 102 cvP	20.575,07	31.413,00
2.0 FSI ATT 150 cv	20.975,07	31.173,00
2.0 FSI Sport 150 cv	23.243,98	38.533,00
Audi A3 Gasóleo		
2.0 TDI ATT 140 Cv	21.537,44	36.339,99
2.0 Sport 140 Cv 1.9	22.691,23	37.713,00
Audi A4 Gasolina		
1.6 102 cv	22.112,89	33.243,01
1.8 163 cv	26.393,72	40.223,01
Audi A4 Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv cx 6	24.461,60	39.089,75
2.5 TDI 163 Cv	29.075,02	50.663,00
2.5 TDI V6 quattro 180 Cv	31.478,39	53.523,01
Audi A4 Avant Gasolina		
1.6 102 cv	23.280,96	34.633,01
1.8 163 cv	27.561,78	41.613,00
Audi A4 Avant Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv	25.783,66	40.663,01
2.5 TDI 163 Cv	30.243,06	52.053,00
2.5 TDI V6 quattro 180 Cv	32.419,56	54.643,00
Audi A6 Gasolina		
1.8 T 150 Cv	31.183,63	46.042,00
2.4 170 Cv	32.708,89	54.062,01
Audi A6 Gasóleo		
1.9 TDI 130 Cv	31.624,00	47.732,01
2.5 TDI 163 Cv	33.604,44	56.172,01
2.5 TDI quattro 180 Cv	36.738,89	59.902,01
Audi A6 Avant Gasolina		
1.8 150 cv	32.839,09	48.012,00
2.4 170 cv	34.364,35	56.032,01
Audi A6 Avant Gasóleo		

1.9 TDI 130 Cv	33.279,46	49.702,00
2.5 TDI 163 Cv	35.259,90	58.142,01
Audi Allroad Quattro		
2.5 TDI Allroad 180 Cv	42.806,12	67.122,01
2.7 T 250 Cv	50.155,45	77.642,00
OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Agila		
1.0 12 V 5p Confort	7.274,67	10.714,50
1.2 16 V 5p Elegance	7.910,65	12.439,49
Corsa		
1.0 3p City	8.572,99	12.259,50
1.0 5p Confort	9.371,31	13.209,50
1.2 5p Confort	9.204,77	13.979,50
1.2 Joy 5p	9.259,39	14.044,39
1.2 Sport 3p	10.137,54	15.089,49
1.4 GSI 3p	12.338,39	19.339,50
1.7 DTI 5p Confort	10.585,26	20.264,50
1.7 DTI 5p Elegance	12.030,64	21.984,50
1.7 DTI 3p Sport	11.518,03	21.374,50
Astra		
1.2 5p Selection	11.911,07	17.199,99
1.4 5p Elegance	13.901,42	21.199,51
1.4 5p Sport	13.779,84	21.054,83
1.7 DTI 5p Eco	13.690,30	23.959,50
1.7 DTI 4p Selection	13.215,93	23.395,00
1.7 DTI 5p Elegance	14.602,07	25.044,50
2.0 DTI 3p Sport	14.276,39	27.789,83
Astra Caravan		
1.2 Selection	12.474,09	17.869,99
1.4 Selection	12.843,01	19.940,00
1.4 Sport	14.342,87	21.724,84
1.7 DTI Selection	13.778,96	24.065,00
1.7 DTI Sport	15.278,82	25.849,84
2.0 DTI Sport	15.305,80	29.014,83
Zafira		
1.6 16 V	15.6700,57	25.459,50
2.0 DTI	15.893,76	29.714,50
2.0 DTI Elegance	17.078,63	31.124,50
2.2 DTI Elegance	17.028,58	32.859,51
Vectra		
1.6 Confort	15.956,87	25.764,50
1.8 GTS	18.139,66	30.369,50
2.0 DTI Confort	16.507,20	30.444,50
2.2 DTI Elegance	17.927,73	33.929,90
Omega		
2.2 DTI 4p Elegance	25.444,54	42.874,50
2.2 DTI Caravan Elegance	26.293,29	43.884,50
Caixas Automáticas		
Astra 2.0 DTI Elegance	15.763,51	29.559,51
Astra 2.0 DTI Caravan	16.326,53	30.229,50

Benefícios para associados
Protocolos

A ADFA, através da Delegação de Famalicão e do Núcleo de Leiria, celebrou alguns protocolos para prestação de serviços e descontos aos associados, familiares e funcionários.

A Clipvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., de Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, presta serviços de ambulatório, internamento e bloco operatório em todos os seus hospitais e ambulatórios, com desconto de dez por cento sobre a tabela em vigor (excepto nas ressonâncias magnéticas, tomografia axial computadorizada (TAC), farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela clínica).

Atendimento na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Estrada Nacional, 13, Vila Meã), em Amarante (Edifício Golfinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85).

A Clínica Médico-Cirúrgica de Santa Tecla pratica um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços, no atendimento de clínica geral, quartos, enfermarias, salas de bloco operatório e partos e unidade de vigilância intensiva, medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

O Hospital da Trofa presta, aos associados, às suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, e aos funcionários da ADFA, cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos, com um desconto de 15 por cento.

O acordo é extensível à Portoclínica, na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

O médico dentista Luís Claro, em Famalicão, efectua um desconto de dez por cento (nas consultas e tratamentos dentários) e de cinco por cento (em trabalhos de laboratório), aos associados e familiares com direito a ADM (com cartão de associado do titular e cartão de beneficiário das ADM).

A Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., atribui aos associados, familiares e funcionários descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto e óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação. Na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

Possibilidade de aquisição dos produtos (independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações.

Nota: nos acordos com a Clipvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, a solicitar pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia.

A IMAGRAM - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Sede da Delegação de Coimbra.

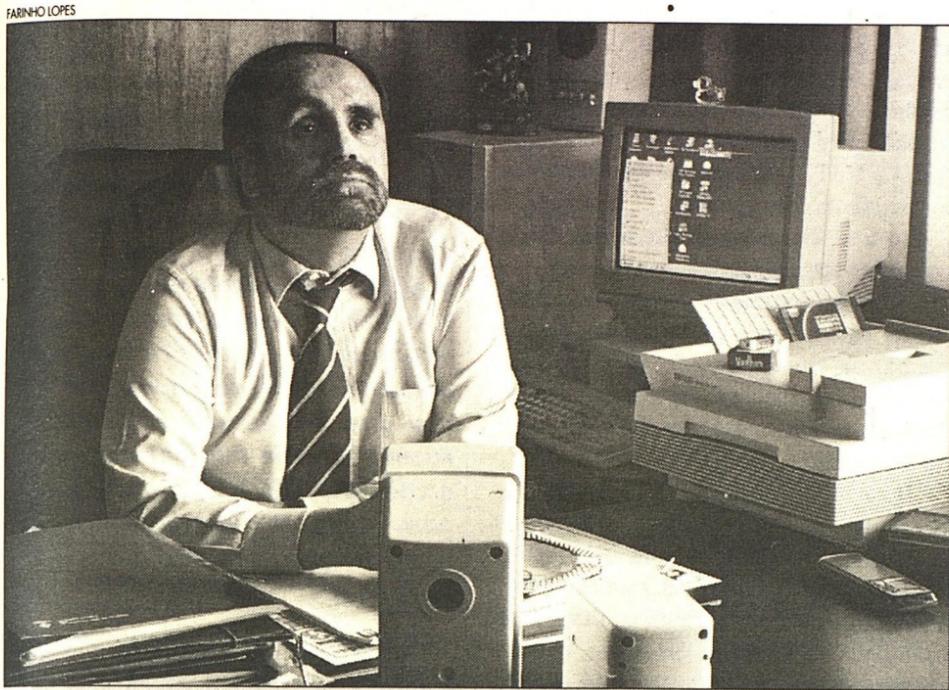
A Rosóptica - Óptica Médica, Lda, de Leiria, presta serviços aos associados, cônjuges e aos filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA, com 20 por cento de desconto nos artigos (lentes e armações).

A Freire, Meireles & Parente, Lda presta os seus serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, desde que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra.

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: **BMW, Ford, Citroen, Mercedes, Honda, Skoda e Seat**. Estas informações/vendas são tratadas através de **ALBERTO PINTO**, nas horas de expediente, das 10h00 às 14h00 pelos telefones 21 751 2640, 21 751 2600, 21 751 2602 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 5016 ou 91 618 6540.

Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício

Um homem que serviu os deficientes



O coronel Jorge Maurício faleceu no dia 3 de Agosto

Foi com surpresa e consternação que os associados receberam a notícia de que, no dia 3 de Agosto, o coronel Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional da ADFA, havia falecido no Hospital Militar Principal.

No funeral juntaram-se amigos, associados, funcionários e altas individualidades, inclusive em representação do ministro da Defesa Nacional e do chefe de Estado Maior do Exército, para o último adeus ao nosso dirigente, ao companheiro de armas e de luta associativa, ao homem que equilibrava a balança nas reuniões institucionais da Associação.

Jorge Maurício nasceu em 26 de Maio de 1949, em Castelo Branco, e foi também em Maio, em 1974, como associado número 208, que ajudou a fundar a ADFA.

Fez o curso da Academia Militar, tendo ficado colocado como instrutor da Escola Prática de Infantaria, donde embarcou para Moçambique em 1971, onde exerceu as funções de adjunto de comandante de Companhia. Foi louvado por acções em combate por duas vezes em 1972.

Foi ferido em combate com gravidade em Março desse ano, em Macaloge, Moçambique, quando efectuava uma

patrulha de reconhecimento. Uma mina anti-pessoal destruiu-lhe os olhos, amputou-lhe a perna esquerda abaixo do joelho e parte do dedo mínimo da mão direita.

Evacuado para o HMP em Lisboa, esteve depois em Hamburgo, no Hospital Militar, onde deixou amigos como o falecido doutor Traut e a fisioterapeuta Frauke Malthus, entre outros.

Jorge Maurício, dentro da sua coerência de sempre, optou pelo serviço activo, desenvolveu a sua carreira até ser promovido a coronel. Cumriu em 1984 o Curso Geral de Comando e Estado Maior curricular, esteve colocado na Direcção da Arma de Infantaria (DAI), e foi destacado para a ADFA, em reconhecimento das suas capacidades e da credibilidade desta Associação. A instituição militar reconheceu o seu empenhamento, tendo sido condecorado com as medalhas Comemorativa das Campanhas das Forças Armadas (1972), de Comportamento Exemplar, em Prata (1983), Comemorativa dos Mutilados em Campanha (1991) e de Comportamento Exemplar, em Ouro (2000).

Como tenente-coronel, foi louvado pelo general chefe de Estado Maior do Exército,

"porque ao longo de 22 anos em que presta serviço na mesma Associação, tem desempenhado de forma exemplar vários cargos directivos". No louvor é salientado que Jorge Maurício, "com a sua lucidez, serenidade e ponderação, constitui uma referência importantíssima para os deficientes militares, nele reencontrando sempre a esperança que teima em fugir nos momentos mais difíceis e nas situações mais adversas".

O general CEME lembrou ainda que "exercendo, com brio, dedicação e competência, funções de grande dificuldade e desgaste psicológico, o tenente-coronel Jorge Maurício serve uma causa de interesse nacional, a reintegração social dos deficientes militares, prestigiando as Forças Armadas, sendo por isso credor do reconhecimento destas".

Na ADFA, exerceu vários cargos de responsabilidade, tendo sido presidente da então Direcção Central e, desde 1995, presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional.

Jorge Maurício deixa saudades a todos os que com ele estiveram em Associação, nas delegações, onde se deslocava com frequência para celebrar os aniversários e outras actividades associativas. As Assembleias Gerais Nacionais foram marcadas pela sua personalidade e imagem

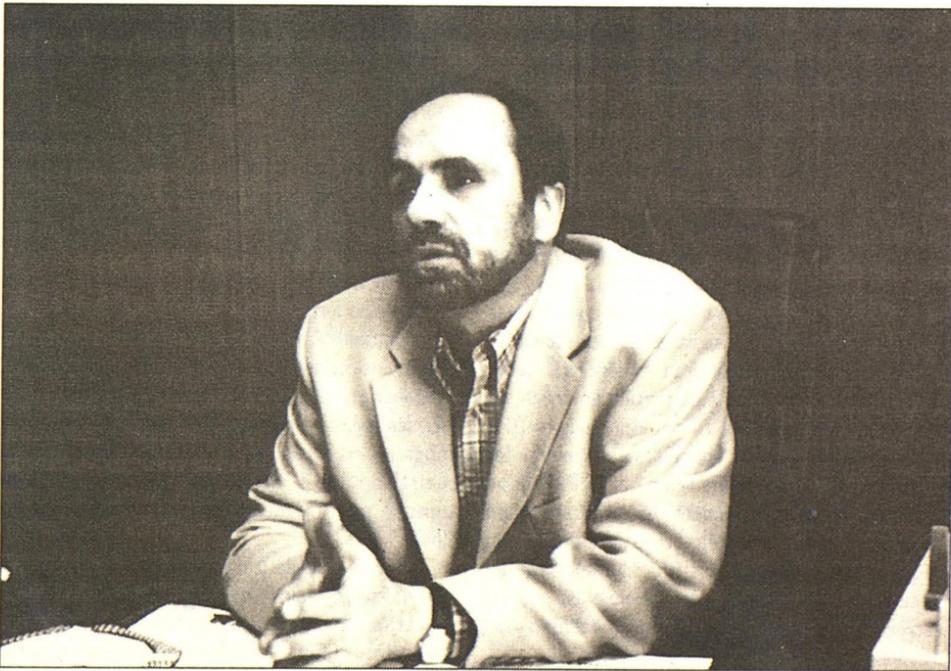
de referência, pela honestidade, empenhamento e competência associativa que todos lhe reconheciam.

A ADFA recebeu condolências de associados, das delegações e núcleos, de amigos, de instituições e de entidades oficiais. As instituições que se solidarizaram com a família de Jorge Maurício e com a ADFA foram: Ministério da Defesa Nacional, Casa Militar do Presidente da República, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, Câmara Municipal de Amadora, Associação Museu da Guerra Colonial, Alfacoop e Externato Infante D. Henrique, ACAPO, Associação Portuguesa de Deficientes e Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.

Ao funeral, com as honras militares a que tinha direito, compareceram também altas individualidades militares e políticas, que acompanharam a família e as dezenas de amigos, associados e funcionários que fizeram questão de se despedir de Jorge Maurício.

À família de Jorge Maurício a ADFA apresenta sentidas condolências, lembrando sempre o presidente da MAGN na sua missão de dirigente associativo e como Homem. •

RV



À ADFA e Família do Amigo Coronel Maurício

Camaradas, é com muito profundo pesar que tomei conhecimento do falecimento do nosso Grande Companheiro Maurício e acredito que toda a ADFA, sentiu e sente esta dor no seu coração.

A ADFA, viu partir mais um associado entre muitos outros que dia a dia vão deixando para cada um de nós uma

Mensagem de Esperança, uma Força de união e nisso camaradas não podemos nem devemos vassilar, mas sim caminhar em frente na edificação da ADFA, como o fez este nosso Grande Camarada Maurício.

O Coronel Maurício foi uma referência a um Pilar importante na Construção da ADFA, dando a cada momento o seu alto

sentido de responsabilidade e até de exemplo como Dirigente da ADFA.

Associação dos Deficientes das Forças Armadas não poderá esquecer os altos serviços prestados por este nosso alto Dirigente.

Muito mais gostaria de dizer sobre este Grande Amigo nesta hora de partida, mas o

pesar é profundo e o tempo ajudará a sarar esta tão grande dor.

Espero que a ADFA, encontre no seu tesouro, um sentimento muito forte de reconhecimento e agradecimento por tudo quanto este digníssimo dirigente da ADFA, Coronel Maurício, semeou na Associação. •

Luís Baltazar

Qualificação de Deficiente das Forças Armadas Manutenção da Ordem Pública

Já por mais que uma vez o Jornal ELO publicou artigos onde se realçava a importância do estatuído no artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. Este artigo tem por epígrafe "Audiência dos interessados" que corresponde ao que vulgarmente se designa por audiência prévia. Resumidamente, quando a administração preveja indeferir a pretensão do interessado deve notificá-lo desse propósito juntando para o efeito o projecto de decisão final, para que este possa defender-se.

Em Agosto de 2001, um associado foi notificado pelo Departamento de Assuntos Jurídicos (DeJur) do Ministério da Defesa Nacional de que o seu pedido de qualificação como DFA, ao abrigo do DL 43/76, de 20JAN, iria ser indeferido, já que esta entidade considerava que o associado não tinha prestado serviço de campanha, embora à sua doença correspondesse o grau de desvalorização de 30%, por neuroses, distúrbios relacionados com o stress e somatizações.

Estava em causa o facto do requerente ter prestado serviço militar em Luanda, entre DEZ74 e OUT75, pelo que, de acordo com o DeJur «o serviço militar prestado pelo requerente não foi em situação de campanha. Com efeito, não só o ex-militar cumpriu serviço militar em Angola em período posterior à declaração de 27JUL74, que reconhece o direito dos povos à auto-determinação, mandando cessar as hostilidades com os movimentos de

libertação dos territórios do ex-Ultramar, em consequência da qual terminou o serviço de campanha, como, de acordo com as declarações de uma das testemunhas ouvidas (que prestou serviço militar juntamente com o requerente), "o grau de perigosidade das zonas de acção da Companhia era muito reduzido, não tendo conhecimento de o requerente ter participado em operações onde o contacto com o IN se tenha verificado." Assim, não obstante no ponto 2 do seu parecer, a CPIP/DSS fazer referência ao "período particularmente difícil pela turbulência então vivida (...)", a verdade é que tais factos não constam do processo e não encontram confirmação nas declarações das testemunhas que prestaram serviço no mesmo tempo e local que o requerente.»

Após consulta do processo no DeJur, o Gabinete Jurídico Nacional elaborou a resposta à audiência prévia, em SET01, rebatendo a posição do DeJur, no sentido do processo enfermar de omissões, nomeadamente a não indagação junto das testemunhas sobre as condições concretas da prestação do serviço militar pelo associado, por se entender estarmos perante uma situação de manutenção da ordem pública. Mais, requereu-se a reaudição das testemunhas e apresentaram-se mais duas.

Em OUT01, o associado foi notificado pelo DeJur de que o seu processo foi devolvido ao Ramo para realização das diligências instrutórias requeridas na resposta à audiência prévia.

Em JUL03, o requerente foi notificado do despacho de qualificação como DFA, proferido pelo Sr. Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, pois que resultou das diligências requeridas que o serviço militar prestado pelo associado em Luanda, entre DEZ74 e OUT75, se subsume ao conceito de manutenção da ordem pública.

Ficou assim provado que a missão do requerente em Luanda "era basicamente sair em socorro das populações, por forma a manter a ordem pública, tendo de intervir por forma a acalmar os combatentes dos diferentes movimentos; foi apanhado em situações de fogo cruzado e teve por vezes, de abrir fogo para manter a ordem."

"Durante as patrulhas mistas assistiram a constantes massacres entre os diferentes movimentos, mortes a sangue frio, espancamentos e assaltos a civis é entre eles e, quando tal ocorria, perseguiam o infractor espancando-o, ou mesmo matando-o, quando este não obedecia à voz de detenção; à noite estes problemas agravavam-se, registando-se muitos mortos que, somente eram encontrados no dia seguinte."

"Muitas vezes a sua missão consistiu em recolher cadáveres da via pública, transportando-os para a morgue ou para serem enterrados numa vala comum." •

A advogada responde

Lesões novas ou agravamento de lesões antigas?

"Tive um acidente em Moçambique em 1971 quando cumpria a minha comissão de serviço. Em consequência de uma emboscada do IN fui atingido por estilhaços de granada na cabeça, pelo que fui qualificado deficiente em campanha com 15% de desvalorização. Com o passar dos anos comecei a ter graves problemas de visão e o meu médico diz que há possibilidades dos mesmos estarem relacionados com o acidente de 1971. Que posso fazer para que me considerem estas lesões como adquiridas em serviço de campanha?"

Relativamente à questão que nos coloca, e em primeiro lugar, há que averiguar se do ponto de vista médico as lesões visuais de que actualmente padece são lesões independentes das lesões pelas quais a JHI lhe atribuiu 15% de incapacidade, embora possam ter tido origem no mesmo acidente, ou se são antes uma consequência do agravamento das lesões antigas, nomeadamente, do facto de ter estilhaços alojados na cabeça.

No primeiro caso, isto é, se as lesões visuais de que padece actualmente forem lesões independentes das anteriores, ou seja, lesões novas, então deverá requerer junto das entidades militares competentes a elaboração de um novo processo.

No segundo caso, isto é, se as lesões visuais forem consideradas do ponto de vista médico como uma consequência directa do agravamento das lesões antigas, então deverá requerer uma revisão do processo a fim de ser presente a uma nova JHI para que esta junta avalie a sua situação clínica actual e lhe atribua, se for caso disso, um grau de desvalorização pelas novas lesões.

Seja qual for o caminho a seguir, abertura de novo processo ou revisão do processo, deverá obter um ou mais atestados médicos, de preferência de médico especialista, que atestem a existência das referidas lesões visuais, e bem assim onexo causal entre as mesmas e acidente de 1971, no caso de se tratar de lesões novas, ou o nexo causal entre o agravamento das lesões antigas e o desencadear das lesões visuais, no caso de as novas lesões serem consequência das lesões antigas.

Passados todos estes anos, cabe-lhe a si fazer prova de que as lesões visuais que só recentemente se manifestaram, foram adquiridas no acidente de 1971 ou são uma consequência directa do agravamento de antigas lesões adquiridas no mesmo.

Terminamos recordando que a junta médica pode baixar o grau de incapacidade de que já é portador, se considerar que o seu quadro clínico melhorou, pelo que antes de requerer uma revisão de processo é aconselhável que o interessado avalie esse "risco" em conjunto com os médicos que o acompanham. •

Nuno Santa Clara

Inês Soares de Castro

Comentário Regalias

O termo "regalia" aparece por várias vezes na legislação sobre DFA, e como tal deve ser considerado uma expressão legal. Mas há quem conteste a palavra, atendendo à sua origem: regalia era uma coisa concedida pelo rei, ao sabor da sua vontade, e sem estar ligada a um direito ou uma reivindicação. Por isso preferem o termo "benefício", que não está ligado à ideia de concessão, ou dádiva, fruto da boa vontade de alguém.

E a verdade é que há ainda quem considere as medidas de reparação consignadas no Decreto-lei n.º 43/76, a verdadeira "constituição" da legislação sobre DFA, como "regalias", no mau sentido do termo, ou seja, como vantagens adquiridas, colocando os DFA numa situação de favor em relação ao comum dos cidadãos. Ainda há pouco tempo a ADFA tomou conhecimento de um documento oficial em que a um nosso Associado era negado provimento num requerimento porque já tinha "beneficiado da situação de DFA". É caso para recomendar a quem escreve tais coisas que meta um pé debaixo dum comboio, para beneficiar de iguais regalias.

Evidentemente que um Decreto-lei saído em 1976 tinha de estar algo adiantado em relação à legislação do seu tempo; ao fim e ao cabo, a Constituição data desse mesmo ano, e o 25 de Abril tinha apenas dois anos. Basta lembrar que a legislação correspondente sobre acidentes e doenças no trabalho dos funcionários públicos foi publicada pelo Decreto-lei n.º 503/99, ou seja, 23 anos depois! Não eram os DFA que estavam mal, mas sim os funcionários públicos, os quais só em 1999 foram tratados como cidadãos de pleno direito. As diferenças sentem-se hoje mais no seio dos deficientes militares entre si.

Mas serão assim tantas as tais regalias? O art.º 14º do DL 43/76 é dedicado aos direitos e regalias dos DFA, entendidos como "um conjunto de direitos de natureza social e económica, na dependência da sua percentagem de incapacidade, como suporte de condições familiares e sociais mais adequadas à sua situação". Analisemos este conjunto.

O n.º 2 deste artigo refere-se apenas ao cartão de DFA, o que não é propriamente uma regalia, mas um meio de identificação.

No n.º 3 é reconhecido o direito de alojamento e alimentação aos DFA no caso de tratamento hospitalar, ou adaptação protésica, o que mais não é que garantir, na prática, as condições para que esses tratamentos sejam prestados.

O n.º 4 concede redução nos transportes dos caminhos de ferro e voos TAP. Os descontos no CP têm significado, embora os DFA apenas engrossem o já elevado número dos magistrados, militares, funcionários, reformados, idosos, etc., que gozam de idêntica regalia. Quanto à TAP, como o desconto é sobre o preço base do bilhete, qualquer tarifa turística, tipo PEX, dá um desconto igual ou superior, para não falar das tarifas de residentes nas Ilhas.

O n.º 5 concede tratamento médico cirúrgico e hospitalização, quando a natureza da moléstia estiver directamente relacionada com a lesão que determinou a doença, o que nos remete para o já dito sobre o n.º 3, ou seja, o Estado apenas está a assumir a responsabilidade directa pelos danos.

O n.º 6 dá aos próprios DFA isenção de propinas nos estabelecimentos de ensino oficial, bem como livros e material escolar gratuito. Isto tem especial significado quando se trate de ensino superior, mas infelizmente só uma escassa minoria tem usado deste benefício.

No n.º 7 consagra-se o princípio da preferência, no provimento de cargos públicos, aos DFA. A experiência tem infelizmente demonstrado que o único organismo estatal que tem dado reais oportunidades de inserção na carreira foi o Exército, e com a forte limitação de que as praças não tinham o direito de opção pela continuação ao activo.

O n.º 8 concede, para aquisição de casa própria, as mesmas condições dos trabalhadores das instituições de crédito nacionalizadas (que, como se sabe, têm vindo a diminuir). É de facto um benefício, mas não podemos esquecer que se trata de

empréstimos de baixo risco, uma vez que o rendimento dos DFA está assegurado, e que, se esses trabalhadores gozam dessa regalia, é como forma de remuneração paralela.

Finalmente, no n.º 9 está consignado o direito à associação nos SSFA, hoje IASFA. Aqui o Estado endossou o que era sua responsabilidade para uma instituição que funciona como uma mútua. Claro que o direito à associação tem interesse no IASFA, mas apenas nisso mesmo, e não como forma de alijar a responsabilidade do Estado para uma entidade externa, pese embora que subsidiada.

Quanto às regalias para deficientes com mais de 60%, elas têm vindo felizmente a ser estendidas a todos os deficientes.

Resta-nos a actualização automática das pensões, princípio justo que entendemos dever ser aplicado a todas as pensões; não são os DFA que estão mal, mas a degradação das pensões que constitui uma nódoa no tecido social do País. E, quanto ao abono e prestação suplementar de invalidez, é questão de considerar se tais prestações chegam para indemnizar as dificuldades porque passa um grande deficiente...

Constata-se facilmente que um militar DFA está melhor apoiado que um militar acidentado em serviço; e quando a diferença entre um caso e outro depende apenas de interpretações jurídico-administrativas, a sensação de injustiça é naturalmente maior. A resolução desses casos, quer individualmente pela via judicial, quer colectivamente pela alteração da lei e dos critérios da sua aplicação, tem de continuar a ser uma das prioridades da ADFA. Mas é com agrado que vemos e esperamos ver continuarem a esbater-se as diferenças de tratamento dado aos servidores do Estado. E esperemos que não sejam essas diferenças a bandeira dos que, para eximir-se às suas responsabilidades, as acentuam como forma da estratégia de dividir para reinar. •

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

Taxas Moderadoras

Decreto-Lei n.º 173/2003, de 1 de Agosto

"O acesso às prestações de saúde no âmbito do Serviço Nacional de Saúde implica o pagamento de taxas moderadoras nos casos seguintes: a) Na realização de exames complementares de diagnóstico e terapêutica em serviços de saúde públicos ou privados convencionados, com excepção dos efectuados em regime de internamento; b) Nos serviços de urgência hospitalar e centros de saúde; c) Nas consultas nos hospitais, nos centros de saúde e em outros serviços de saúde públicos ou privados convencionados."

No entanto, estão isentos do pagamento das taxas moderadoras: "a) As grávidas e parturientes; b) As crianças até aos 12 anos de idade, inclusive; c) Os beneficiários de abono complementar a crianças e jovens deficientes; d) Os beneficiários de subsídio mensal vitalício; e) Os pensionistas que recebam pensão não superior ao salário

mínimo nacional, seus cônjuges e filhos menores, desde que dependentes; f) Os desempregados, inscritos nos centros de emprego, seus cônjuges e filhos menores, desde que dependentes; g) Os beneficiários de prestação de carácter eventual por situações de carência paga por serviços oficiais, seus cônjuges e filhos menores; h) Os internados em lares para crianças e jovens privados do meio família normal; i) Os trabalhadores por conta outrem que recebam rendimento mensal não superior ao salário mínimo nacional, seus cônjuges e filhos menores, desde que dependentes; j) Os pensionistas de doença profissional com grau de incapacidade permanente global não inferior a 50%; l) Os beneficiários do rendimento social de inserção; m) Os insuficientes renais crónicos, diabéticos, hemofílicos, parkinsonícos, tuberculosos, doentes com sida e seropositivos, doentes do foro oncológico, doentes paramiloidósicos e com doença de Hansen, com espondilite

anquilosante e esclerose múltipla; n) Os dadores benévolos de sangue; o) Os doentes mentais crónicos; p) Os alcoólicos crónicos e toxicodependentes, quando inseridos no recurso a serviço oficiais; q) Os doentes portadores de doenças crónicas, identificadas em portaria do Ministro da Saúde que, por critério médico, obriguem a consultas, exames e tratamentos frequentes e sejam potencial causa de invalidez precoce ou de significativa redução de esperança de vida; r) Os bombeiros; s) Outros casos determinados em legislação especial."

satisfaçam as condições gerais e específicas de atribuição das prestações."

As prestações correspondem à atribuição de abono de família para crianças e jovens "mensal, de concessão continuada, que visa compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens" e subsídio de funeral "de concessão única que visa compensar o respectivo requerente das despesas efectuadas com o funeral de qualquer membro do seu agregado familiar ou de qualquer outra pessoa, incluindo os nascituros, residente em território nacional."

Abono de Família e Subsídio de Funeral

Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto

"Estão abrangidos pela protecção prevista neste diploma os cidadãos nacionais e os estrangeiros, refugiados e apátridas que

EMFAR

Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto

O presente diploma altera algumas das disposições do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho.

Diploma



do Mês

Pensões por Méritos Excepcionais

Decreto-Lei n.º 189/2003, de 22 de Agosto

o tempo, requerem a pensão.

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma permite a atribuição de uma pensão expressiva de público reconhecimento aos cidadãos portugueses que se tenham distinguido por méritos excepcionais na defesa da liberdade e da democracia.

Artigo 2.º

Atribuição da pensão

A atribuição da pensão é efectuada por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças, precedido de parecer favorável da Procuradoria-Geral da República.

Artigo 3.º

Beneficiários da pensão

1 - A pensão pode ser atribuída em benefício do próprio autor dos factos que lhe dão origem, enquanto vivo, após a sua morte, de quem estiver, à data do óbito, sucessivamente e por ordem de preferência, em alguma das situações referidas nas alíneas seguintes:

a) Cônjuges sobreviventes separados judicialmente de pessoas e bens, divorciados, pessoas que estiverem nas condições do artigo 2020.º do Código Civil e descendentes;

b) Pessoa que o tenha criado e sustentado;

c) Ascendentes de qualquer grau;

d) Irmãos.

2 - Se a pensão tiver sido atribuída em vida ao próprio autor dos factos que lhe dão origem, transmite-se, após a sua morte, às pessoas que a poderiam requerer pelo seu falecimento.

Artigo 4.º

Requisitos gerais

1 - O direito a receber a pensão só é reconhecido às pessoas que, incluindo-se em alguma das alíneas do n.º 1 do artigo anterior, estivessem a cargo do falecido à data do óbito e reúnam os requisitos indicados no artigo 5.º

2 - O requisito de estar a cargo do falecido à data do óbito é dispensado quanto aos órfãos menores, à pessoa que criou o falecido e aos ascendentes.

3 - Às pessoas incluídas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º é reconhecido o direito de, a todo

Artigo 5.º

Requisitos especiais

1 - O cônjuge sobrevivente não separado judicialmente de pessoas e bens só tem direito à pensão desde que estivesse a viver em comunhão de mesa e habitação com o falecido à data do óbito.

2 - Os separados judicialmente de pessoas e bens ou divorciados só têm direito à pensão desde que:

a) Tivessem direito a receber do falecido à data do óbito pensão de alimentos fixada ou homologada judicialmente;

b) Não sejam casados nem se encontrem nas condições previstas no artigo 2020.º do Código Civil.

3 - Aquele que estiver nas condições previstas no artigo 2020.º do Código Civil só tem direito à pensão depois de sentença judicial que lhe fixe o direito a alimentos, ainda que provisório, e enquanto se mantiver o referido direito.

4 - Os descendentes só têm direito à pensão enquanto satisfizerem as seguintes condições:

a) Terem menos de 18 ou de 21 anos e estarem matriculados e a frequentar curso de nível secundário ou equiparado ou menos de 25 anos e estarem matriculados e a frequentar curso superior ou equiparado;

b) Independentemente da idade, sofrerem de incapacidade absoluta e permanente para o trabalho.

5 - A pessoa que criou o falecido e os ascendentes deste só têm direito à pensão quando tiverem mais de 65 anos ou, sendo de idade inferior, se sofrerem de incapacidade absoluta e permanente para o trabalho.

6 - Os irmãos têm direito à pensão desde que satisfaçam os requisitos indicados no n.º 4 e sejam órfãos de pai e mãe à data do falecimento do autor da pensão.

Artigo 6.º

Quantitativo e abono da pensão

1 - As regras sobre o cálculo, acumulação, redução, reversão, abono e cessação do direito à pensão, bem como as respeitantes à prova de rendimentos, concorrência de beneficiários e execução da decisão, são as estabelecidas para as

pensões de preço de sangue e por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País, previstas no Decreto-Lei n.º 466/99, de 6 de Novembro, com as especialidades constantes no presente diploma.

2 - Para efeitos de cálculo da pensão, a remuneração a considerar é a auferida à data dos factos que lhe dão origem e determina-se de acordo com o regime estabelecido nos artigos 47.º e 48.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, não podendo, porém, o seu montante ser de valor inferior ao escalão 1 do vencimento base de um soldado da Guarda Nacional Republicana em vigor à mesma data.

3 - Nos casos em que o autor não tenha qualquer vínculo funcional ao Estado, incluindo as autarquias locais, ter-se-á em conta, para efeitos de cálculo da pensão, o valor mínimo referido no número anterior.

4 - Sempre que os rendimentos ou proventos de qualquer natureza do agregado familiar do ou dos beneficiários da pensão sejam superiores ao dobro do salário mínimo nacional, a parte que exceder esse limite será deduzida à quota-parte da pensão que lhes couber, não podendo, porém, o valor desta ser inferior à correspondente quota-parte do salário mínimo nacional.

5 - A pensão por méritos excepcionais na defesa da liberdade e da democracia não é acumulável com as pensões previstas no Decreto-Lei n.º 466/99, de 20 de Novembro.

Artigo 7.º

Instrução do processo de atribuição da pensão

1 - A iniciativa da atribuição da pensão compete aos membros do Governo, aos deputados, aos órgãos da administração local e regional e a quaisquer organismos ou instituições de interesse público.

2 - As entidades referidas no número anterior dirigem ao Ministro das Finanças uma proposta que contenha a qualificação inequívoca e fundamentada do cidadão em causa como alguém que se distinguiu por méritos excepcionais na defesa da liberdade e da democracia, com indicação do ou dos beneficiários da pensão quando o autor dos factos que lhe dão origem já tenha falecido.

3 - A proposta referida no número anterior deve ser instruída com as certidões, atestados e demais documentos que provem os factos justificativos da atribuição da pensão, assim como o nome, filiação, nacionalidade, data do nascimento e estado civil do ou dos beneficiários.

4 - As propostas de atribuição de pensão são remetidas à Caixa Geral de Aposentações, que organiza o processo, podendo solicitar às entidades competentes todos os demais elementos que considere necessários, designadamente os que respeitem à verificação dos requisitos a que se referem os artigos 4.º e 5.º

5 - Concluída a organização do processo, a Caixa Geral de Aposentações remete-o à Procuradoria-Geral da República para emissão do parecer previsto no artigo 2.º, enviando-o, após a emissão daquele parecer, ao Ministério da Finanças para despacho.

Artigo 8.º

Pagamento da pensão

A pensão por méritos excepcionais na defesa da liberdade e da democracia é devida a partir da data da publicação do despacho conjunto referido no artigo 2.º

Artigo 9.º

Disposição transitória

Os quantitativos das pensões que estiverem a ser abonadas não sofrem qualquer redução por força da entrada em vigor do presente diploma, mantendo-se inalterados até que da sua aplicação resultem quantitativos superiores.

Artigo 10.º

Revogação

São revogados o Decreto-Lei n.º 171/77, de 30 de Abril, o Despacho Normativo n.º 9-H/80, de 9 de Janeiro, e o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio.

Artigo 11.º

Produção de efeitos

O presente diploma produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, aplicando-se aos processos pendentes."

Campeonato da Europa de Ciclismo IPC 2003

Portugal apurado para Atenas

ARQUIVO ADFA



Augusto Pereira (1.º da esq.) na Ronda Ciclista de 1998

Augusto Pereira, o único ciclista português que participou no Campeonato da Europa de Ciclismo do Comité Paralímpico Internacional, na República Checa, conquistou a medalha de prata na prova de contra-relógio, percorrendo 14,2 km em 22:33,69 minutos. A medalha de bronze foi ganha na prova de estrada com o tempo 1:13:33 para uma distância total de 42,6 km. O ciclista garantiu assim a presença de Portugal nos Jogos Paralímpicos Atenas 2004.

Augusto Pereira foi acompanhado pelo treinador Henrique Santos e pelo mecânico Paulo Ramirez.

A Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes lembrou também que Augusto Pereira conta já com um "currículo invejável" do qual fazem parte os títulos de vice-campeão do mundo de Estrada, conquistado em Colorado Springs (EUA), em 1998, e os de campeão europeu de Contra-relógio e vice-campeão Europeu de Estrada, ambos conquistados em Blois (França), em 1999.

Os Campeonatos da Europa de Ciclismo para cidadãos portadores de deficiência contaram com a participação de 321 ciclistas de 38 países.

RV/Facesport

Mundiais de Atletismo para Deficientes

Portugal estabelece recorde mundial

Dez medalhas conquistadas pelos atletas portugueses constituem o resultado da participação nacional nos Mundiais de Atletismo para Deficientes Visuais, realizados no Quebec, Canadá, em Agosto. A estafeta portuguesa de 4x100 B1-B3 (cegos totais e amblíopes) bateu o recorde do mundo da distância.

O recorde mundial foi batido com a marca de 44,07 segundos dos atletas Carlos Lopes (guia Nuno Alpiarça), Firmino Batista (guia Tiago Silva), Gabriel Potra e José Alves, que ganharam mais uma medalha de ouro que, em conjunto com os outros nove títulos

conquistados, fizeram brilhar a delegação portuguesa. A estafeta 4x100 bateu o recorde detido pela Polónia, depois de bater os segundo e terceiro classificados, Espanha e Venezuela.

Gabriel Potra, apurado para a final dos 200 metros B2 (amblíopes), conquistou o seu melhor tempo de sempre, com 22,77 segundos.

José Gameiro (guia Carlos Custódio), na final B dos 400 metros B1 (cegos totais) ficou em primeiro, com a marca de 56,53 segundos, classificando-se em quinto da geral.

Carlos Ferreira (guia Paulo Ramos)

conquistou uma medalha de bronze nos 5.000 metros B1 (cegos totais) com a marca de 16.11,62 minutos, melhorando o seu recorde pessoal.

Na mesma distância, Nuno Alves (guia Sérgio Silva) ficou-se pelo quarto lugar, com a marca de 16.23,32 minutos, e Ricardo Vale (guia Ricardo Mestre) atingiu a sexta posição com a marca de 16.44,41 minutos.

Portugal conquistou um total de dez medalhas nos Mundiais do Quebec: Ouro - Gabriel Potra (400 m B2); Estafeta masculina 4x100 (B1-B3). Prata - Carlos Ferreira (10.000 m B1); Carlos Lopes (100 m B1); José Alves (400 m B3). Bronze - Odete Fiúza (5.000 m B2); Carlos Lopes (200 m B1); Nuno Alves (1.500 m B1); Mário Parrulas (10.000 m B2); Carlos Ferreira (5.000 m B1).

RV

EuroWaves – Cup for All Europeans, Brno 2003

12 medalhas para Portugal

A selecção nacional de natação de deficientes conquistou 12 medalhas na Taça da Europa'2003, que terminou em Brno, República Checa. As cinco medalhas de ouro, as quatro de prata e as três de bronze, foram conquistadas em provas que envolveram participantes de 28 países e aproximadamente de 300 nadadores.

Segundo o que foi divulgado pela Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD), a atleta paralímpica Susana Barroso ganhou três medalhas de ouro, nas provas de 50 metros livres, 50 metros costas e 100 metros livres S3 (deficiência motora).

A atleta Leila Marques subiu aos três lugares do pódio, com ouro nos 100 metros bruços, prata nos 100 metros mariposa e 200 metros estilos e bronze nos 100 metros livres S9 (amputados de braço).

Perpétua Vaza subiu também ao pódio, depois de conquistar o bronze nos 50 metros livres S3 (paralisia cerebral).

Em masculinos, as medalhas ficaram repartidas pelos atletas João Martins e Nelson Lopes.

João Martins conquistou o primeiro lugar nos 50 metros costas e a prata nos 100 metros livres S1 (paralisia cerebral), e Nelson Lopes ganhou o bronze nos 50 metros costas S4 (les autres).

Com os resultados obtidos nesta Taça da Europa, os jovens medalhados confirmaram os mínimos para os Jogos Paralímpicos de Atenas' 2004.

RV

Europeu de Futebol para Jogadores com Deficiência Mental Holanda vence em Aveiro

Realizou-se, de 1 a 12 de Agosto, em Aveiro, o 4º Campeonato Europeu de Futebol para Jogadores com Deficiência Mental, sendo o primeiro lugar conquistado pela equipa da Holanda.

No Campeonato apadrinhado pelo futebolista internacional Luís Figo, a Inglaterra ficou em segundo lugar, seguida da Polónia.

Portugal logrou alcançar a quarta posição, seguido da Alemanha, da França e da Irlanda do Norte.

Segundo o que foi noticiado pela Agência Lusa em Julho, Luís Figo referiu ter aceite "com muito gosto, ser o patrono deste campeonato e espero que com esta modesta ajuda possa dar maior visibilidade à prova".

A Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Mental (ANDDEM), organizadora do evento desportivo, informou o ELO sobre os resultados, destacando a participação portuguesa, que conquistou o quarto lugar.

RV

Protocolo ADFA/CASIFONE

Condições especiais para associados da ADFA

10€ desconto s/PVP

Oferta de 25€ em chamadas, em adicional à oferta standard

10 x 2,5€ nos primeiros 10 carregamentos completos efectuados

Condições aplicáveis a qualquer produto Optimus, disponível no mercado quando adquirido através da ADFA

Na Optimus encontra os melhores tarifários, as últimas novidades em telemóveis e o novo mundo multimédi Optimus Zone

OS TARIFÁRIOS

Avantage
A assinatura sem mensalidade fixa

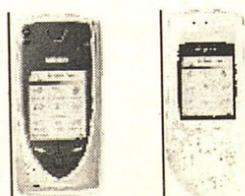
Boomerang
O recarregável que se adapta às necessidades

Live – sem carregamentos obrigações, livre de obrigações

Zoom – Tarifas mais baixas nas mensagens escritas

Serviço Evolução – Para quem já é cliente Optimus

Oferta de Mini-Rádio FM em todas as compras na Casifone



Packs
Optimus Zone
Nokia 3650 e 7650
399.90 €

Optimus Zone

Descubra um mundo de cor, imagem e som
MMS, Internet, Portal Zone

Campanha válida para toda a gama activa da Optimus. Consulte tabela de modelos disponíveis

Para mais informações contacte: Casifone – Rosa Jacinto Tel: 214358550/937910678 E-mail: casifone@mail.telepac.pt

OPTIMUS
Agente Oficial

Cupão de encomenda

Sócio nº _____

Nome: _____

Morada: _____

Localidade: _____ Código postal: _____

Equipamento pretendido

Marca: _____ Modelo: _____

Tarifário: _____ Evolução (nº antigo): _____

Juntar fotocópia de: cartão de sócio, cartão de contribuinte, BI e comprovativo de morada

Enviar para: Casifone, Lda.

Av. José Elias Garcia, 174 • 2745-143 QUELUZ

Novas obras para um espaço renovado

O Centro de Documentação e Informação/Biblioteca da ADFA recebeu ofertas de novas obras durante os meses de Agosto e Setembro, que foram acondicionadas após a remodelação efectuada naquela sala, em que foram colocadas mais estantes e alterando a disposição do espaço de consulta.

A Biblioteca do Exército enviou ao ELO as obras "Imprensa Militar Portuguesa - Catálogo da Biblioteca do Exército" e "Os Generais do Exército Português", que as colocou à disposição dos leitores na ADFA.

De Mariete Casimiro a ADFA recebeu 27 obras, destacando-se "A Queda", de Albert Camus, "Antologia da poesia brasileira", de José Valle de Figueiredo, "A brusca", de Agustina Bessa Luís, entre outros livros.

Entre aquelas obras está também "O livro do automóvel" e "O médico em casa".

A ADFA tem neste sector da Sede Nacional um pólo onde se preserva a história da ADFA. No Centro de Documentação e

Informação/Biblioteca estão patentes os cartazes da ADFA, desde os que foram trazidos a público na década de 70 aos do 25º aniversário e aos "posters" institucionais mais actuais. Também são guardados os cartazes de outras instituições, como os das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril.

Estão guardados na Biblioteca os folhetos e desdobráveis da ADFA, que também contam a história da Associação e dos serviços que presta. Os autocolantes, postais e calendários que marcam a história das tomadas de posição da ADFA perante si própria e a sociedade também vão sendo acondicionados na Biblioteca.

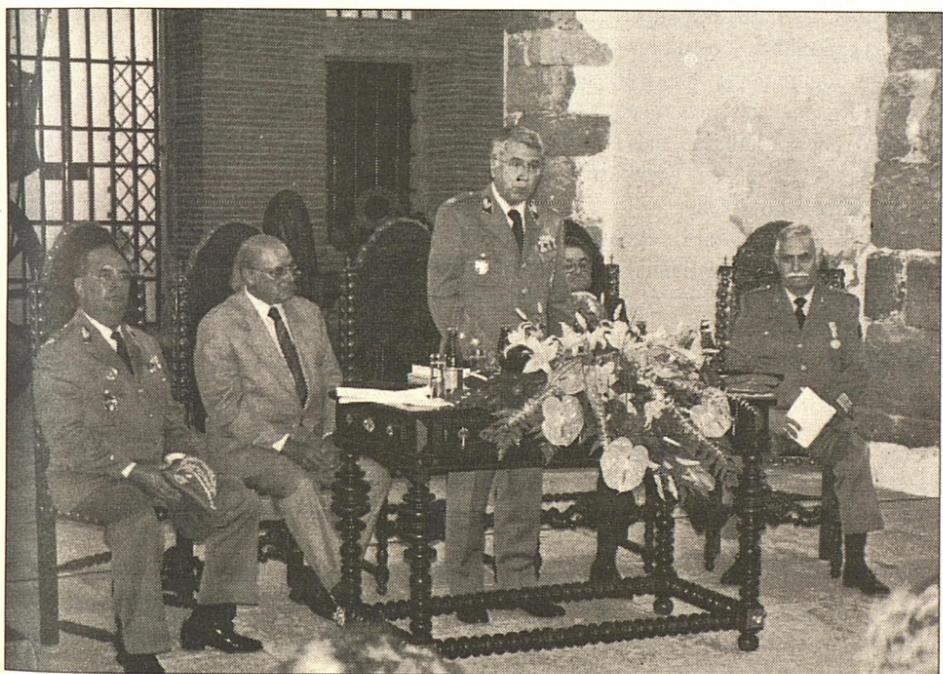
Recentemente, com a remodelação na sala onde funciona o serviço, foram também colocados à disposição dos leitores as ordens do Exército, da Armada e da Força Aérea, bem como as listas de pessoal da Força Aérea.

RV



RAFAEL VICENTE

Biblioteca do Exército edita livros na despedida do seu director



O chefe de Estado Maior do Exército presidiu ao evento

A Biblioteca do Exército apresentou, no dia 8 de Setembro, "Os Generais do Exército Português (I)" e "Imprensa Militar Portuguesa - Catálogo da Biblioteca do Exército", respectivamente da autoria e coordenação do coronel Alberto Ribeiro Soares, que passou à reforma no dia 9 de Setembro.

As obras foram apresentadas pelo autor, pelo professor doutor José Teengarrinha (Catálogo) e pelo coronel Pires Nunes, consultor científico do projecto (Generais), na presença do general Chefe de Estado-Maior do Exército, que condecorou o autor e director cessante da Biblioteca do Exército com a medalha de ouro de Serviços Distintos.

As obras constituem a primeira iniciativa editorial da Biblioteca do Exército, tendo o Catálogo origem no facto de constituir aquela Biblioteca o depósito legal das publicações militares.

As obras surgem de dois projectos de investigação e desenvolvimento, contando com o apoio da Revista Militar e CEME.

A obra dedicada aos generais do Exército Português vai prolongar-se até ao terceiro volume, compreendendo assim os períodos de 1807 a 1909 e da 1ª República até à actualidade. Este primeiro volume tem 448 páginas, 11 gravuras a cores e 12 fotografias, entre outras imagens. A Biblioteca do Exército informou que o lançamento do segundo volume está previsto para 2004 e do terceiro para 2005.

"Trata-se, assim, de um primeiro grande passo no sentido do levantamento exaustivo das publicações periódicas militares actualmente dispersas por variadas bibliotecas, arquivos e depósitos", considerou José Tengarrinha, na apresentação do Catálogo de 222 páginas, com a descrição de 1407 publicações militares.

O importante acervo que está tratado nesta obra "está a ser também sistematizado e reunido com vista à criação, no âmbito da Biblioteca, da Hemeroteca do Exército", informou o coordenador.

RV

Os Generais do Exército Português (I)

Decidiu o Exército, através da sua Biblioteca, editar uma obra em que estão relacionados todos os seus Generais, com curtas biografias, desde a criação do posto, ou seja desde as campanhas da Restauração (1640-1648).

Este primeiro volume vai até à Guerra Peninsular, e a ele se seguirão mais dois, que irão até à actualidade. Se bem que de interesse circunscrito a quem se interesse pelo tema, a obra, pela sua sistematização e pela bibliografia referida, será indispensável a quem se dedique ao estudo da História, ou para os simples curiosos que queiram esclarecer dúvidas sobre algum antepassado, herói local, ou mesmo origem do nome de alguma rua.

Este trabalho contou com a colaboração do nosso associado José Diniz, actual director do ELO.

Catálogo da Biblioteca do Exército

Este catálogo, agora publicado, refere-se a toda a imprensa militar, e inclui muitas das publicações feitas pelas unidades que prestaram serviço no então Ultramar. É assim possível a qualquer interessado consultar o jornal do seu Batalhão, Companhia ou outra qualquer unidade onde tenha sido produzido um jornal. Também lá figuram, naturalmente, as unidades da Metrópole, e mesmo o nosso ELO.

Entre outros pontos de interesse, julgamos muito útil uma passagem pela Biblioteca do Exército antes de um almoço de confraternização, pois cópias do jornal serviriam para reviver esses momentos.

NSC

Praia fluvial com acesso para deficientes

Na Aldeia de Minas de S. Domingos, em pleno Alentejo, entre Serpa e Mértola, encontramos uma praia fluvial, com quatro quilómetros quadrados de superfície, água potável e com todas as análises dentro dos valores recomendados, conforme mostra o certificado do programa da verificação da aptidão da água para uso balnear, afixado no local. Tem também o apoio de nadadores salvadores, aluguer de gaviotas e kaiakes para podermos gozar o prazer de um passeio na represa.

Tudo isto não era de estranhar se não se passasse ali uma situação que pela positiva nos causa uma certa admiração. Ou não é, que nós, que estamos infelizmente habituados a que na maior parte dos sítios onde chegamos deparamos com um eterno problema, os deficientes não conseguem transpor as barreiras arquitectónicas. Mas neste local a que me refiro, perdido no meio do Alentejo, surge como um oásis no deserto, uma praia fluvial com acesso para deficientes. As estruturas estão preparadas com acessos entre elas e dali para outros locais, tais como: parque de estacionamento com lugares reservados, casa de banho adaptada, rampa de acesso ao bar e ao recinto de espectáculos. As pessoas portadoras de deficiência, com uma pequena ajuda também podem ir nadar ou pescar, ou gozar da sombra dos eucaliptos que ladeiam a represa. Uma vez que há caminhos que permitem a deslocação a quem tem a mobilidade reduzida Deve Ter-se em atenção os escaldões, pois o sol naquela zona é muito agressivo. Na localidade, a 100 metros da represa, existe uma residencial em funcionamento e um hotel em construção.

Há que "tirar o chapéu" à Câmara Municipal de Mértola, responsável pelas estruturas e pela adaptação do terreno e por ter transformado uma represa que em tempos servia a mina ali existente num lugar aprazível com acesso para todos.

Farinho Lopes



José Maia

Doideira e oportunismo

O que muito há para dizer de positivo, nesta caminhada de 30 anos; as questões com cargas emocionais demasiado elevadas, deixa por vezes marcas contraditórias no próprio contexto das palavras, no que se pensa e no que se diz. Morre no momento o que se pretende exteriorizar e passa-se a divagar sem sentido, sem nexos, exigindo-se pois atenção para não se deixar de encontrar espaço para a reflexão séria e para a profundidade do pensamento. Doutra forma, a doideira toma conta da mente, e eis então os oportunistas "de baixa qualidade", mostrando-se, impudicamente na Praça Pública. A doideira e oportunismo, neste caso, de cavalheiros grotescos, alguém que diz tudo sem dizer nada, talvez resultado de pobreza de espírito, de passado duvidoso, da idade para que não se está preparado, da deficiência que na realidade não é a conveniente, do complexo de mostrar o defeito aberrante, que se pretende à porrada de argumentos parvos, considerar como de campanha; ou então não passa do efeito normal de quem é pequenino, ou talvez quem sabe, do excesso de sol próprio destas alturas em que escrevo, Agosto, bem quente por sinal.

Doideira e oportunismo, será o mínimo que se poderá dizer, para não ter que se ir mais a fundo, sobre determinados figurantes e sobre as suas atitudes tão fora de tom, hipócritas, e anacrónicas.

Certas situações são perigosas, pelo que

deixam indicar e pelo que pressuporiam quanto ao seu grau de receptividade junto da opinião do universo associativo. Por tal, tais situações deverão ser liminarmente desmontadas e denunciadas, sem deixar lugar a dúvidas, quer na cabecinha dos figurantes, quer nos que teriam ainda a tentação de delas tirar algum proveito! O que porém se fica a aguardar, é que o Sr^o Presidente diga alto e bom som, que não está nem estará disponível para sequer dar qualquer esperança nem qualquer espaço, e muito menos perder algum do seu tempo, mesmo que em período de merecido e relaxante repouso, relativo a atitudes como a que aconteceu no dia 6 de Agosto, dia de profunda tristeza para tantos de nós.

Não deverão, nem o deveremos permitir que existam clãs na ADFA. Tais espíritos não têm lugar no modelo de liberdade e solidariedade institucionalizados há muito na nossa casa. Não têm lugar na sociedade democrática, consolidada com tanto sacrifício. O êxito das reivindicações pelos direitos de todos os associados "Deficientes", passa também pela resposta pronta e clara a certas arremetidas e deve-se até delas saber tirar proveitos, para fazer pedagogia junto dos figurantes e para exemplo de todos os figurões.

Alguns sectores vêm a pouco e pouco, perdendo as máscaras, mas incapazes de se conterem, repetem vícios e tiques que andaram a promover, dando ou tentando fazer entender o que realmente não são. Bem no seu íntimo, não aceitam as regras e

odeiam o voto livre e tudo o que tenha a ver com liberdade, igualdade e direito à opinião!...

Que as suas virtudes não passam de mentira camuflada, que a sua cultura associativa é falsa, frágil e se torna quebradiça ao mais leve movimento. O tom apaziguador com que por vezes encantam, o sensacionalismo de reacções e comportamentos, não encontra ressonância nos esclarecidos e independentes, a generalidade associativa, que mostra maturidade, não se deixando enganar. Nem pelo envenenamento das palavras doces, nem pelo medonho silêncio dos que cobardemente abandonaram o barco!

Isto do peso de galões, já foi. Todos somos Coronéis, todos somos Praças.

A dignidade não está nos ombros, por muito que se tente fazer brilhar a lata...

Tal só não é entendido, pelos que continuam a insistir num registo de agressividade, mentira e ofensa ao próximo, num patético estrebuchar no lodo que criaram.

A vida é uma constante mudança e provoca a busca de fundamentações sérias e consistentes. Os mitos das superficialidades de certas cabecinhas e os da leveza dos que se julgam dominadores, não irão resistir à força da verdade e não travarão a razão.

Trigo e joio continuarão, mas terão de coexistir? As promiscuidades e confusões serão cada vez menos suportadas.

A filosofia solidária regressará, as idolatrias estéticas, perfumadas, ataviadas,

demagógicas e pseudo literárias não terão chão.

A falsidade e a doideira não terão mais espaço.

Pensar-se-á que certos figurantes merecerão perdão, que as atitudes, actos e palavras não terão sido por mal e porque em relação a alguns, o seu passado justificaria alguma consideração!... Porém, existe quem tenha a maldade agarrada à carne, tal órgão vital, imprescindível para a sobrevivência.

Naquela mesa do canto daquele restaurante na Estrela, o almoço, a aguardar pela hora da despedida física do amigo, camarada Jorge Maurício, naquele momento esperando pelo repouso.

Naquela mesa do canto, justifica o porquê de não acreditar no arrependimento, justifica reforçar a não consideração, pelos que, mesmo em momento tão doloroso, não se teve vergonha nem uma réstia de decência de se banquetear à mesa de quem não se gosta, de quem tão mal se disse, quem tanto se difamou e que ali personificava o pesar e dor pela perda do nosso Presidente.

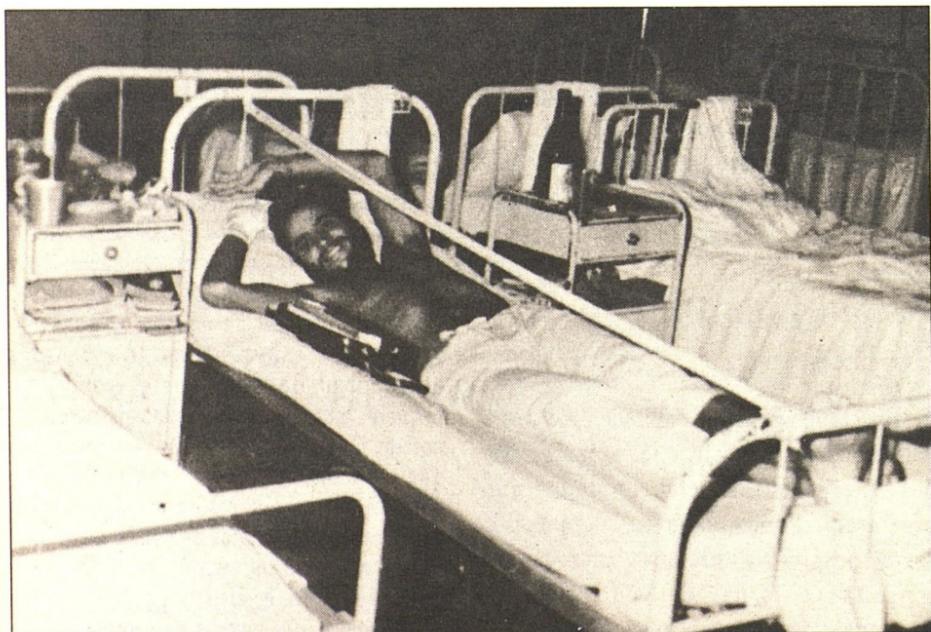
Como não há vergonha...

A partida do camarada, amigo e companheiro de tantas jornadas, mais um, traz-nos apesar de tudo a esperança e foi por isso que sempre trabalhou, que o tempo que nos resta, traga um acréscimo de sabedoria, vontade e solidariedade.

A ADFA, os Deficientes militares, agradecem. Pelo respeito aos que já foram, impõe-se. •

Casos de Guerra

Quanto vale um fuzileiro?



José Manuel Parreira, fuzileiro especial, associado da ADFA, fez duas comissões, uma na Guiné e outra em Angola, foi ferido durante a segunda comissão quando regressava de um aldeamento onde se tinha deslocado a fim de adquirirem reforço de mantimentos.

O militar deslocava-se numa viatura mais cinco camaradas todos fuzileiros, quando sofreram uma forte emboscada.

Como habitualmente acontecia, as deslocações eram feitas em viaturas, o que os tornava um alvo fácil para o inimigo que normalmente se emboscava no mato que ladeava as picadas. Com o fogo inimigo morreram dois fuzileiros; três outros, com a confusão do tiroteio, dispersaram pelo mato em direcção ao posto de vigilância onde se encontrava sediado o pelotão a que pertenciam. O nosso associado ferido

gravemente com cinco tiros, conseguiu arrastar-se para o capim de onde viu o inimigo esquartejar os camaradas mortos e destruir a viatura. Sem meios de comunicação ficou só no local durante 12 horas, foi fazendo garrotes nos membros atingidos, valeu-lhe a preparação e a resistência de um fuzileiro especial. Já pela noite dentro, molhado pelo cacimbo e a sentir a aproximação de hienas que vinham ao cheiro do sangue, começou a prever o pior. Mas de repente apercebeu-se do ruído de motores: eram militares do Exército que se deslocavam ao local para recolher os corpos, assistiram-no mas de princípio estavam com medo que ele estivesse armadilhado pelo inimigo. Foi transportado para um posto da Marinha onde foi tratado e depois evacuado para o Hospital de Luanda onde permaneceu cerca de 70 dias. Regressou a Lisboa a bordo do navio Vera Cruz e foi internado no Hospital da Marinha, onde passou cerca de dois anos entre internamento e tratamento ambulatorio.

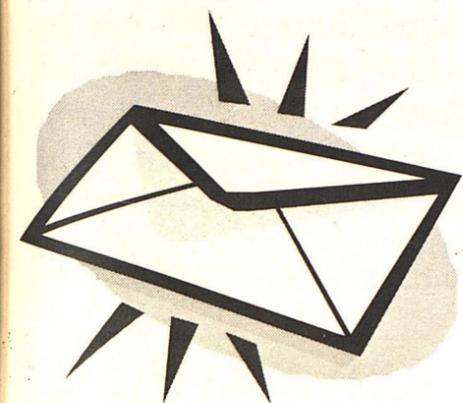
Durante este período passou-se um caso caricato e assim podemos avaliar a consideração que alguns médicos tinham por quem andou a dar a vida pela Pátria. Não bastava a situação em que nos encontrávamos

sem nunca termos direito a um acompanhamento psicológico e, ainda tínhamos que estar sujeitos a ouvir destas. Segundo nos conta este nosso associado, quando um médico civil trocava impressões com o seu médico assistente, sugeriu uma operação à mão em que o militar tinha levado um dos tiros, para que não ficasse tão defeituosa, o que envolveria um custo de cerca de 70 contos. O médico assistente respondeu que 70 contos não valia ele todo, quanto mais uma só mão. Este médico que na altura não esteve de acordo com a intervenção cirúrgica e desconhecia que um fuzileiro não tem preço, dez anos depois da guerra terminar, ou seja, no ano de 1984, foi considerado DFA com a desvalorização de 60 por cento em campanha. O fuzileiro que levou os cinco tiros em combate, sofreu todo aquele drama de que resultaram várias deficiências e encontra-se bastante afectado com stress de guerra, sendo-lhe atribuída a desvalorização de 47 por cento. Apetece-me citar uma frase dum célebre jornalista já desaparecido: "e esta hein?". •

Farinho Lopes

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações ofensivas, mas esforçam-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Dada a extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar apenas o essencial das mesmas, considerando sempre a data de chegada desses textos à Redacção.



Caixa Geral de Aposentações

Estará a Caixa Geral de Aposentações (CGA) de "Tanga" ao ponto de não poder satisfazer os seus compromissos para com os DFA? Não, não creio. A senhora Ministra das Finanças tal não permitiria. Contudo, uma pergunta se coloca. Qual o motivo por que se encontra em dívida para com um grande grupo de DFA, relativamente ao estipulado pelo Dec. Lei n.º 207/2002, de 17 de Outubro?

Desconheço se o grosso dos associados tem conhecimento que aquele Dec. Lei veio alterar a escala indiciária, no que diz respeito aos sargentos ajudantes, primeiros sargentos, Cabos da Armada e de Secção e primeiros Marinheiros da Armada, ou seja, Cabos e Praças do Exército e Força Aérea. Efectivamente assim é. Uns, com efeitos reportados a Janeiro de 2002 e outros a Janeiro de 2003, embora com algumas nuances.

Não obstante, existe um grupo muito significativo - isto se não for a maioria dos abrangidos - que ainda aguarda actualização das suas pensões, bem como os respectivos retroactivos que lhe cabem, sem que se saiba para quando tal será cumprido.

Igualmente importante é saber o que a ADFA, através da sua Direcção Nacional, tem feito, ou não, para resolver este arrelhiador

atraso, por parte da CGA. Que eu saiba, e também porque muitos associados me têm telefonado, as informações na Secretaria da Delegação de Lisboa são incompreensivelmente vagas, indiciadoras de completo desconhecimento sobre esta matéria.

Julgo saber que, sempre que os interesses dos associados, a nível colectivo, se encontram em causa, compete à Direcção Nacional estabelecer os necessários contactos junto das respectivas instituições, com vista a resolver os assuntos. Só que, infelizmente e até à presente data, ainda se ignora se aqueles contactos já foram feitos e em caso afirmativo quais as perspectivas. O que me parece é que, neste âmbito, a informação no "ELO" não tem fluído.

Sinceramente, não quero crer que este e outros problemas estejam condicionados por qualquer calendário eleitoral. Seria demasiado grosseiro.

De qualquer forma, como tenho afirmado noutras ocasiões, a ADFA deve aparentar e ser rigorosamente independente, de quem quer que seja, mesmo de associados que possam ter a tentação de dela se utilizarem em proveito próprio, seja a nível profissional, social ou político.

Finalmente, em meu nome e também a bem de todos aqueles que me têm telefonado e não só, peço à Direcção Nacional que promova as iniciativas que julgar mais adequadas, junto da CGA, no sentido de que este problema seja rapidamente resolvido para que o depósito das nossas pensões o evidencie. •

Luís Almeida Machado

Cesse o menosprezo

A queda da ditadura rompeu o isolamento de décadas, consentindo, desde logo, a descoberta de outros regimes políticos,

designadamente o democrático plural representado por famílias ideológicas reunidas em partidos.

A liberdade permitida com o advento da democracia e consequente acesso ao conhecimento do pensamento da comunidade internacional, logo tornou claro o que poucos sabiam, uns quantos suspeitavam e muitos ignoravam: a Guerra Colonial não era a causa fundada nos nobres valores que os usurpadores do poder glorificavam nos seus capciosos discursos.

A descoberta da escamoteada realidade foi um balde de água fria para a generalidade dos portugueses, mas sobretudo para os que combateram em África.

A grande maioria dos jovens cumpriu o serviço militar obrigatório e, desses, a parte mais significativa suportou o conflito ultramarino, os melhor informados, respeitáveis, exilaram-se no estrangeiro para nele não participarem por motivos políticos, outros, mais práticos, que também saíram para o exterior, evitaram-no para assegurarem atempadamente o futuro e/ou não exporem a vida.

Os que se bateram na última guerra do finado Império têm sido menosprezados, como se fossem eles a impô-la para, absurdamente, nela arriscarem as vidas e os equilíbrios físicos e psíquicos.

Foram, antes, das principais vítimas do regime autocrático em que nasceram e que, com excepção dos situacionistas, a todos oprimia.

Pelo menos, em nome do decoro, é pertinente proclamar que os Combatentes do Ultramar são tão dignos como os de Aljubarrota, porquanto uns e outros pelejaram pela inquestionável defesa da Pátria, que muitos tementes a Deus elevavam a dever sagrado.

É que, no tempo do Estado novo,

ensinavam, desde os bancos da escola primária, que o Ultramar era parte integrante do Portugal uno e indivisível.

Não faz sentido alguém, distraído ou de má fé, argumentar que na altura já o conservadorismo colonialista português era condenado internacionalmente, visto que, na ilha que era o país cinzento gerado pelos "orgulhosamente sós", os fazedores de opinião legitimaram o ilegítimo, a censura tudo fazia para impedir que fosse varrida pelos ventos de mudança que sopravam do exterior e a política zelava para que a paz podre não fosse alterada.

Foi, pois, fácil aos espúrios dirigentes do país, promotores militantes da ignorância, em especial política, sonegar ao cidadão comum o conhecimento das correntes de opinião que no estrangeiro defendiam o já inquestionável direito dos territórios colonizados à autodeterminação.

Quando alguma notícia incómoda escapava logo era desvalorizada ou abastardada pelos agentes da propaganda.

Com tal máquina montada, não era difícil induzir os jovens a combater pelos apregoados superiores interesses da Nação.

Que a História julgue serenamente os que combateram, pelos motivos patrióticos que os moveram e não pelos desígnios retrógrados dos que os manipularam.

Separe-se, de uma vez por todas, o trigo do joio.

Que Portugal saiba honrar os Homens que puseram as próprias vidas ao seu dispor.

Se um povo sem memória é um povo sem futuro, então não se subtraia ao Ensino e consequentemente à História a Guerra Colonial. •

João Santa Rosa

VISITE O NOSSO

MUSEU DA GUERRA COLONIAL

EM VILA NOVA DE FAMALICÃO



TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

Há mais de 20 anos, a qualidade e a melhor impressão

TODO O TIPO DE ARTES GRÁFICAS

Fotocomposição / Offset / Montagem / Tipografia

Largo do Outeirinho da Amendoeira (ao Campo de Sta. Clara) 1100-386 LISBOA

Telefs.: 21 882 24 80/1/2/3 • Fax: 21 882 24 86

A ADFA e o País

A Direcção Nacional da ADFA enviou telegramas a algumas entidades oficiais, marcando a sua posição face a acontecimentos ocorridos durante o mês de Agosto.

No telegrama de felicitações enviado ao general Luís Valença Pinto, aquando da assunção do cargo de Chefe de Estado-Maior do Exército, a ADFA disponibiliza a sua "total colaboração".

Ao Presidente da República, a ADFA transmitiu o seu "profundo sentimento solidário, face à calamidade que se abateu sobre o "coração e pulmão" do nosso País e as suas gentes", aquando dos incêndios que devastaram vários distritos. A ADFA testemunhou o seu "mais elevado apreço e crença na capacidade de realização futura dos concidadãos afectados", aludindo à população portuguesa que "heroicamente fez frente à catástrofe, em conjugação de esforços com os serviços distritais de Protecção Civil e Socorro, os autarcas e os valorosos elementos das corporações de bombeiros e das forças militares e policiais".

O ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas recebeu uma mensagem onde a ADFA "repudia energicamente o bárbaro atentado que o terrorismo internacional perpetrou contra o Quartel-General da ONU em Bagdade, um ignóbil acto de violência contra o direito e a comunidade internacionais". A ADFA realçou ainda "a inexcusável capacidade e dedicação do malgrado diplomata" Sérgio Vieira de Mello, "em diversificadas e arrojadas missões, de que a ONU o incumbiu", em especial em Timor, manifestando a sua solidariedade "à natural reprovação nacional do hediondo sucesso".

Dia Europeu Sem Carros e Semana da Mobilidade



À semelhança do que vem sendo efectuado desde 2000, Portugal viveu mais um Dia Europeu Sem Carros (22 de Setembro) e a Semana da Mobilidade, reservando-se em algumas cidades espaços para circulação exclusiva para peões e restringindo temporariamente o trânsito automóvel.

Além destas medidas, foram aprovadas outras, no âmbito das autarquias, como a construção de ciclovias.

Mudança de instalações

O Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPI) efectuou uma mudança de instalações para a Avenida Conde de Valbom, n.º 63, 7.º, 1050-067 Lisboa, com os telefones 21 792 9500 e 21 792 9585.

RV



Director: José Diniz

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa

Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610

E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Exposição no Centro de Congressos de Lisboa "Vidas sem Barreiras"

FARINHO LOPES



A secretária de Estado também visitou o expositor da ADFA



A comitiva no expositor da Galp Energia

A Comissão Distrital de Lisboa para Coordenação das Actividades do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (AEPD) realizou, com a colaboração das instituições de e para deficientes, das autarquias e de empresas da área das ajudas técnicas, a exposição "Vidas Sem Barreiras", no Centro de Congressos de Lisboa, nos dias 26 e 27 de Setembro.

A exposição teve como principais objectivos a promoção da sensibilização para o combate à discriminação e à exclusão social das pessoas com deficiência, a promoção da sua plena integração na sociedade, e a melhoria da informação para toda a pessoa com deficiência, e sua família. Sensibilizar para as acessibilidades, nas suas várias vertentes, e criar maior visibilidade e divulgação das soluções técnicas e apoios institucionais existentes, também são metas a atingir.

Estiveram representadas no certame as 16 câmaras municipais do distrito de Lisboa, 50 associações da área da deficiência, com espaço próprio para dar a conhecer a respectiva instituição e actividade, e dez empresas de apoio técnico e ajudas técnicas.

A exposição contou com a presença da secretária de estado da Segurança Social, Teresa Caeiro, e do governador civil de Lisboa, Lino Ramos, no acto inaugural, e com a visita do primeiro-ministro e do ministro da Segurança Social e do Trabalho, na tarde do primeiro dia.

A ADFA montou um expositor com informação sobre as suas actividades e sectores produtivos, que também foi visitado pela secretária de Estado e pelo governador civil. A Galp Energia levou uma bomba de gasolina para o seu expositor, explicando o projecto desenvolvido em parceria com a ADFA para o atendimento aos grandes deficientes motores, em postos de combustível acessíveis.

O Governo Civil de Lisboa expôs as 12 medidas implementadas neste AEPD: parceria com a Associação "VIMA-VOZ, Imagem e Movimento Artístico"; protocolo com a AIP - Associação Industrial Portuguesa; protocolo com a Parque EXPO '98 SA e o Oceanário; aprovação da candidatura do Guia de Turismo e Lazer Acessível para o Distrito de Lisboa; elaboração do Guia de Turismo e Lazer Acessível para o Distrito de

Lisboa; protocolo com a Confederação do Turismo Português; questionário de Universidades; conferência mensais nas Rádios Locais e Nacionais; prémio de mérito para homenagear o empresário que mais se tenha distinguido na contratação de pessoas com deficiência; acções de formação junto dos técnicos das câmaras municipais - Acessibilidades e Mobilidades; divulgação de eventos, produtos e serviços prestados pelas associações de deficientes do distrito de Lisboa; realização da Exposição "Vidas sem Barreiras".

Na visita inaugural à exposição, a secretária de Estado pode assistir a uma coreografia da Crinabel e à actuação do grupo musical da Cercica. Durante os dois dias da mostra, actuaram vários grupos de teatro e musicais e ranchos folclóricos.

Na noite de 26 de Setembro decorreu um espectáculo da companhia de dança integrada "Can.do.co", a maior companhia do género do mundo. Parte das receitas deste espectáculo reverte para a aquisição de cadeiras de rodas eléctricas, no âmbito de um projecto da autarquia lisboeta.



RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m².
- ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desmanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS
Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, n.º 33 - 1200-139 LISBOA